

Casa de Amparo à Mulher Vítima de Violência em Anápolis - GO  
Jessica Freitas Gonçalves



Universidade Estadual de Goiás  
Curso de Arquitetura e Urbanismo  
Campus de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET

**CASA DE AMPARO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA EM ANÁPOLIS –  
GO**

**JESSICA FREITAS GONÇALVES**

ANÁPOLIS – GO  
2019

JESSICA FREITAS GONÇALVES

**CASA DE AMPARO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA EM ANÁPOLIS –  
GO**

Caderno apresentado para fins de Avaliação de Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Me. Ana Paula Silva da Costa

ANÁPOLIS – GO

2019

**DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todas as grandes mulheres que fazem parte da minha vida. Primeiramente à minha mãe, por ter dado-me a vida e o apoio para o essencial; E à minha avó, por ser provedora das condições necessárias para o desenvolvimento deste trabalho de graduação.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos amigos e amigas que me apoiaram durante essa trajetória, a todos os professores de todos os níveis que a tornaram possível, ao Rodrigo, por ter se dedicado a mim apesar de não haver laços de sangue, e à Prof<sup>a</sup>. orientadora Me. Ana Paula Silva da Costa, por todo o apoio necessário para tornar este trabalho o melhor possível.

## **RESUMO**

Trabalho final de graduação que parte de dados sobre a desigualdade de gênero e a violência contra a mulher para fundamentar a demanda por instituições de apoio. Referenciado na proposta do Governo Federal para a criação da Casa da Mulher Brasileira, apresenta a proposta de uma casa de amparo à mulher na região central da cidade de Anápolis, no Estado de Goiás. Com base em estudos de caso e diagnóstico do local, alcança um estudo preliminar contendo diretrizes projetuais que nortearão a próxima etapa de trabalho.

Palavras-chave: desigualdade de gênero, violência contra a mulher, casa de amparo à mulher, Anápolis.

**SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	7
<b>3 A DESIGUALDADE DE GÊNEROS E A VIOLÊNCIA À MULHER NO BRASIL</b> .....	9
<b>5 A MULHER GOIANA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA</b> .....	18
<b>6 AS REIVINDICAÇÕES DA MULHER GOIANA E POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	20
<b>7 A VIOLÊNCIA DO PONTO DE VISTA DO AGRESSOR</b> .....	22
<b>8 A VIOLÊNCIA DO PONTO DE VISTA DA VÍTIMA</b> .....	24
<b>9 ANÁLISE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO</b> .....	26
8.1 A cidade de Anápolis.....	26
8.2 O bairro da implantação e bairros adjacentes.....	34
8.3 O entorno imediato.....	32
<b>10 ESTUDOS DE CASO</b> .....	47
<b>11 CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO</b> .....	51
11.1 Tecnologia construtiva.....	54
11.2 O projeto.....	55
<b>12 MAPA SÍNTESE</b> .....	52
<b>ANEXO A: CERTIDÃO DE USO DO SOLO FORNECIDA PELA PREFEITURA</b> .....	55

## INTRODUÇÃO

Dados sobre a violência contra a mulher demonstram a desigualdade entre gêneros na sociedade brasileira e goiana. Este trabalho busca fomentar a sensibilização para o tema ao explicar como, na perspectiva da vítima e do agressor, a violência ocorre, quem é essa mulher vítima de violência, e qual o contexto social, histórico e religioso que legitima as agressões e apontar as diversas motivações psicológicas e sociais para os atos de violência.

Práticas como assédio, violência verbal e psicológica ocorrem com frequência contra mulheres e ferem-nas não só fisicamente, mas, também, causam profundas marcas psicológicas, difíceis de serem tratadas. Tais práticas são acobertadas por um tabu social que se mantém pelos costumes da sociedade brasileira. Comumente os agressores são pessoas próximas às vítimas: amigos, familiares, companheiros e ex-companheiros, o que agrava a situação, leva a uma troca de papéis e à culpabilização da vítima.

Na escala do indivíduo, atenta-se para a violência em suas mais variadas formas: xingamentos, ameaças, amedrontamento, agressões físicas e psicológicas, abordagens desrespeitosas, qualquer tipo de invasão ao corpo feminino e qualquer ação que possa causar desconforto à mulher.

A criação de políticas públicas para mulheres é necessária para acolher as vítimas de violência e ajudar a combatê-la no longo prazo, trazendo dignidade e encaminhando-as para melhores condições de vida e posicionamento no mercado de trabalho.



## OBJETIVOS

Este trabalho tem por objetivo a fundamentação teórica para o desenvolvimento de um estudo projetual para uma Casa de Amparo à Mulher, na cidade de Anápolis - GO.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto DATAFOLHA em 2017, a percepção da população brasileira a respeito da violência contra a mulher aumentou nos últimos anos. Terá essa violência realmente aumentado, ou as mulheres finalmente têm tido, nos últimos anos, menos dificuldade de identificá-la, denunciá-la e receber amparo?

Neste trabalho, fundamentado em dados, a violência contra a mulher será ilustrada na forma de personagens com o objetivo de gerar empatia por essas vítimas reais. Serão expostos também aspectos sociais, psicológicos e religiosos que acabam por legitimar tal violência. Ao final, serão apresentados o Estudo do Lugar onde o edifício deverá ser implantado, seguidos de Estudos de Casos e Partido arquitetônico, para servir como diretrizes para o estudo preliminar de um Projeto Arquitetônico.



## A desigualdade de gêneros e a violência à mulher no Brasil

Fonte da imagem: Mag Magrela. Adaptado pela autora.

Para compreender a situação de violência contra a mulher e a necessidade de atendimento direcionado ao gênero feminino, é necessário entender os aspectos históricos, sociais, psicológicos e religiosos que estão por trás da pessoa a ser atendida pela Casa de Amparo à Mulher. A desigualdade de gêneros existente na sociedade brasileira, desdobra-se em uma série de formas de violência contra a mulher e está arraigada em mitos, sendo o mais comum, na nossa sociedade, o “mito judaico-cristão<sup>1</sup>” (MURARO, 1992), mas também de mitos que acompanham a civilização humana desde os primórdios.

O mito judaico-cristão<sup>1</sup> narra, no livro bíblico do Gênesis, a história de Adão e Eva. Eva nasce sem autonomia, como parte do corpo de Adão, para lhe servir companhia. Ela acaba por ser a fonte de todo o pecado, por convencer Adão a comer o fruto proibido por Deus. Adão e Eva são punidos com a expulsão do paraíso. Segundo o mito, por desobedecerem a Deus, Adão perde a sensibilidade emotiva e Eva passa a sentir dores no parto (MURARO, 1992). Tal mito legitima a cisão entre papéis sociais de homens e mulheres, a subalternidade da mulher, e está presente no universo cristão, do qual grande parte dos brasileiros participa. Validam-se, inclusive, construções sociais tóxicas que levam aos comportamentos impulsivos e agressivos por parte do homem contra a mulher.

Por mais que a propriedade privada tenha sido o marco inicial da supremacia masculina, nos regimes socialistas a posição da mulher não se reverteu. Enquanto isso, o Capitalismo impunha a extrema riqueza e a extrema pobreza, naturalmente afetando mais

---

<sup>1</sup> O mito judaico-cristão, que inicia-se na narrativa de Gênesis atribui a Eva o simbolismo do mal e da fraqueza humana. As estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais desenvolvidas ao longo da cultura judaico-cristã têm sustentado o pensamento patriarcal até os dias atuais. (MARTINS, 2008).

as mulheres que os homens por meio de menores remunerações, empregabilidade e submetida à cargos de subserviência.

Para isso, o sistema capitalista imputou às classes trabalhadoras e à mulher, condições de vida controladoras. Inicialmente, domesticou-a e controlou sua sexualidade para que produzisse física e socialmente os filhos necessários à implantação da industrialização. Depois, quando a valorização da quantidade de força de trabalho foi substituída pela qualidade, chamou-a para o mercado de trabalho e reduziu a sua fecundidade, na maior parte das vezes, via espoliação do seu corpo e da sua saúde. (Fonseca, 2001, p.5).

A subordinação social definiu que a mulher deve estar sempre dotada de carinho, compreensão, fragilidade e deve dedicar-se ao lar e à família; ainda lhe sendo atribuído o dever do trabalho doméstico. Enquanto isso, o homem idealizado está associado à coragem, à bravura, ao vigor sexual e ao domínio sobre outros homens e sobre as mulheres. O homem é público, a mulher é privada. Isso faz parte da determinação de identidade, de expectativas sociais para cada gênero e gera em homens e mulheres uma relação social antagônica de produção e reprodução (FONSECA, 2001).

Segundo Badinter (1984), o amor materno também é uma construção social criada como forma de controle e submissão pacífica das mulheres às necessidades sociais do trabalho doméstico. Cria-se assim um ciclo vicioso de necessidade de gerar filhos, como promessa de uma segurança social e de uma riqueza econômica em potencial. Ainda segundo Fonseca, a família continua sendo constituída por influência dele e de seu sistema de ideias, ao mesmo tempo em que é de sua responsabilidade gerar as condições de manutenção da força de trabalho. Cabe agora exclusivamente à família prover tais condições, já que o Estado, propositadamente sucateado, não tem mais capacidade. Segundo o IBGE, no contexto da sociedade brasileira atual, em pesquisa realizada em 2016, “as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas).

Para compreender como a desigualdade foi institucionalizada ao longo do tempo, foi criada uma linha do tempo com eventos que causaram reviravolta.

## Linha do tempo da desigualdade de gêneros

### Acontecimentos históricos

#### Início da civilização humana

A caça se restringia a pequenos animais e à plantação. Embora a divisão social do trabalho variasse de sociedade em sociedade, em geral as mulheres exerciam supremacia; a herança era trazida pela linha materna, e havia rodízio de poder entre mulheres e homens. A necessidade de caça de animais de maior porte passou aos poucos a afirmar a supremacia masculina, por sua capacidade de sustentar a sociedade por meio do alimento.

#### Surgimento da propriedade privada

A mulher passou a subordinar-se sexualmente, sendo considerada uma recompensa de trabalho, portanto exclusiva e privada.

#### Início das ideias de família na burguesia europeia

Passa a ser exigida da mulher uma funcionalidade irreal. Mulheres devem ser boas trabalhadoras, boas profissionais, sem abrir mão de serem boas mães e boas esposas. Essas são tidas como funções naturais, inerentes e exclusivas da mulher, e persistem até quando tiveram de ir para as fábricas, durante a Revolução Industrial. A partir de então, somente à mulher cabe a superação dessas dificuldades e contradições inerentes ao seu desempenho (FONSECA, 2001).

#### Surgimento da noção de Estado no século XIX

O amor materno passou a ser legitimado por meio da filosofia. Combes e Haicault passaram a contemplar e fundamentar o amor e sua expressão por meio das ideias de igualdade e felicidade. A mulher passou a ser a referência para a humanidade, em relação à vida privada, das tarefas domésticas, da constituição do lar e da felicidade da família.

Grécia antiga

Representação da criação através da deusa Gea, a grande deusa da mitologia grega (CAMPBELL, 1992)



Egito antigo

A deusa é associada a um consorte e é destronada por um deus solar masculino (Amon, do Egito antigo) (CAMPBELL, 1992)



Roma antiga

Os deuses são substituídos por duplas homem-mulher ou por um deus andrógino. (CAMPBELL, 1992)

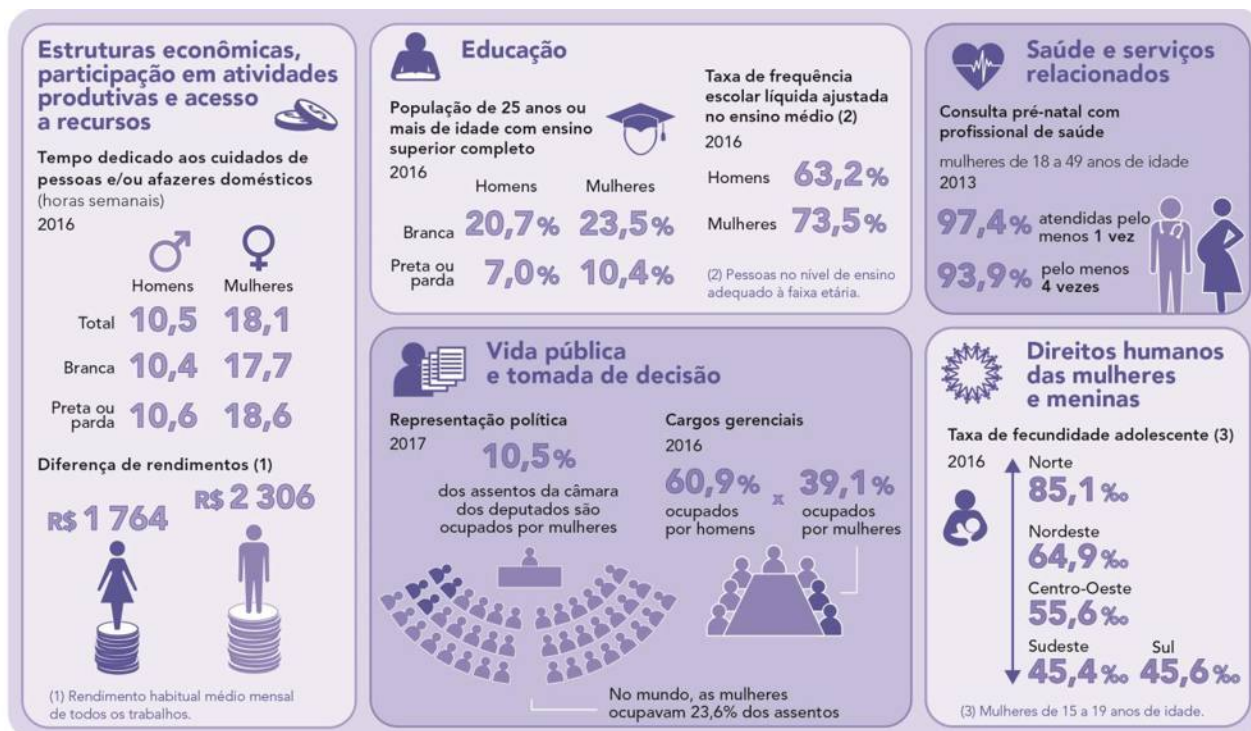


Modernidade

Monoteísmo - as deusas foram banidas completamente. Apenas um Deus criou o mundo. (CAMPBELL, 1992)



Gráfico 1 – Índices econômicos, educação, vida pública, saúdes e direitos humanos da mulher brasileira.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. (2018, p.1)

O controle da sexualidade feminina também se apresentou como uma forma eficaz de controle social da mulher. Nos últimos 30 anos, tem ocorrido uma “transição de gênero”, que tem resultado em maior autonomia da mulher por meio da relativização da divisão sexual do trabalho e aceitação da atividade sexual da mulher fora do casamento. A mulher contemporânea busca ser tratada como sujeito na relação sexual, e não mais como objeto. Portanto, o efeito do patriarcado sobre as mulheres não é mais homogêneo (DANTAS-BERGER e GIFFIN, 2005). Por meio de toda a construção social, de que a mulher deve ser exímia em ambas as jornadas de trabalho, nasce uma acomodação do homem, que se inicia no privilégio de nascer homem, o que é aceito socialmente.

Uma ordem social de tradição patriarcal por muito tempo “consentiu” num certo padrão de violência contra mulheres, designando ao homem o papel “ativo” na relação social e sexual entre os sexos, ao mesmo tempo em que restringiu a sexualidade feminina à passividade e à reprodução. Com o domínio econômico do homem enquanto provedor, a dependência financeira feminina parecia explicar a aceitação de seus “deveres conjugais”, que incluíram o “serviço sexual” (DANTAS-BERGER E GIFFIN, 2005)

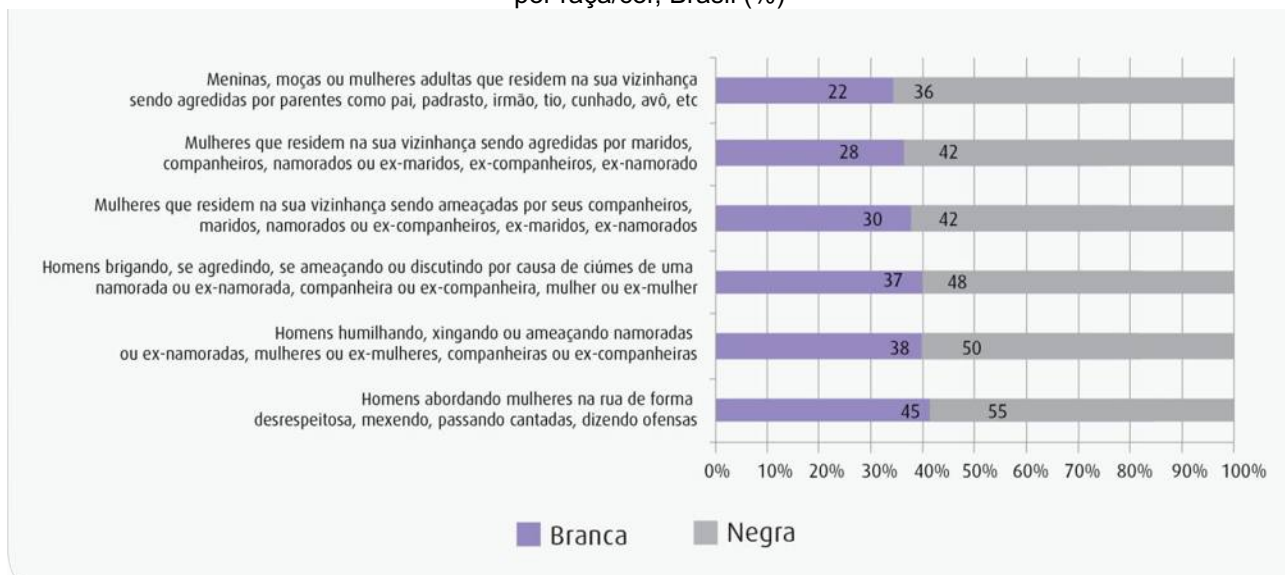
O controle sobre o corpo e a autonomia da mulher ainda é praticado atualmente, embora em menor frequência, e continua a se sustentar por meio da religião e do conservadorismo. No mercado de trabalho, ainda prevalecem menores salários para

mulheres e dificuldades para contratação, principalmente de mulheres com filhos. Segundo o IBGE, em pesquisas realizadas no ano de 2016, as mulheres seguem ganhando cerca de  $\frac{3}{4}$  do salário que o homem recebe. Ainda segundo o IBGE, “A questão da carga horária parece ser um fator fundamental no diferencial de inserção ocupacional entre homens e mulheres determinado pela divisão sexual do trabalho. Mulheres que necessitam conciliar trabalho remunerado com os afazeres domésticos e cuidados, em muitos casos acabam por trabalhar em ocupações com carga horária reduzida”. As desigualdades encontram-se mais acentuadas em mulheres com ensino superior completo, em que as mulheres receberam 63,4% em relação aos homens.

A conferência dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em 1993, definiu a violência contra a mulher como “todo ato de violência de gênero que resulte em, ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher, incluindo ameaça de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada” (p.3). A violência contra a mulher deve ser tratada de forma especial, pois apresenta maior incidência e severidade, em relação à violência praticada por mulheres contra homens.

A pesquisa feita pelo Instituto Datafolha, que realizou em 2017 entrevistas em 130 municípios de pequeno, médio e grande porte por todo o Brasil, mostra dados alarmantes para as mulheres de todo o país. Segundo a pesquisa apresentada, 73% das entrevistadas têm a percepção de que a violência contra a mulher aumentou nos últimos 10 anos. Ao serem questionadas, 70% das mulheres responderam estar envolvidas em algum tipo de violência, nos últimos 12 meses à pesquisa. Dentre as possibilidades analisadas, estavam: agressão por pai, padrasto, irmão, tio ou cunhado; represálias; abordagens desrespeitosas na rua, e homens se agredindo por ciúmes de alguma mulher. O perfil do agressor na maioria das vezes configura-se como um homem conhecido, geralmente da própria família ou do círculo de amigos da vítima.

Gráfico 2: viu alguma dessas situações acontecendo no seu bairro ou comunidade nos últimos 12 meses, por raça/cor, Brasil (%)



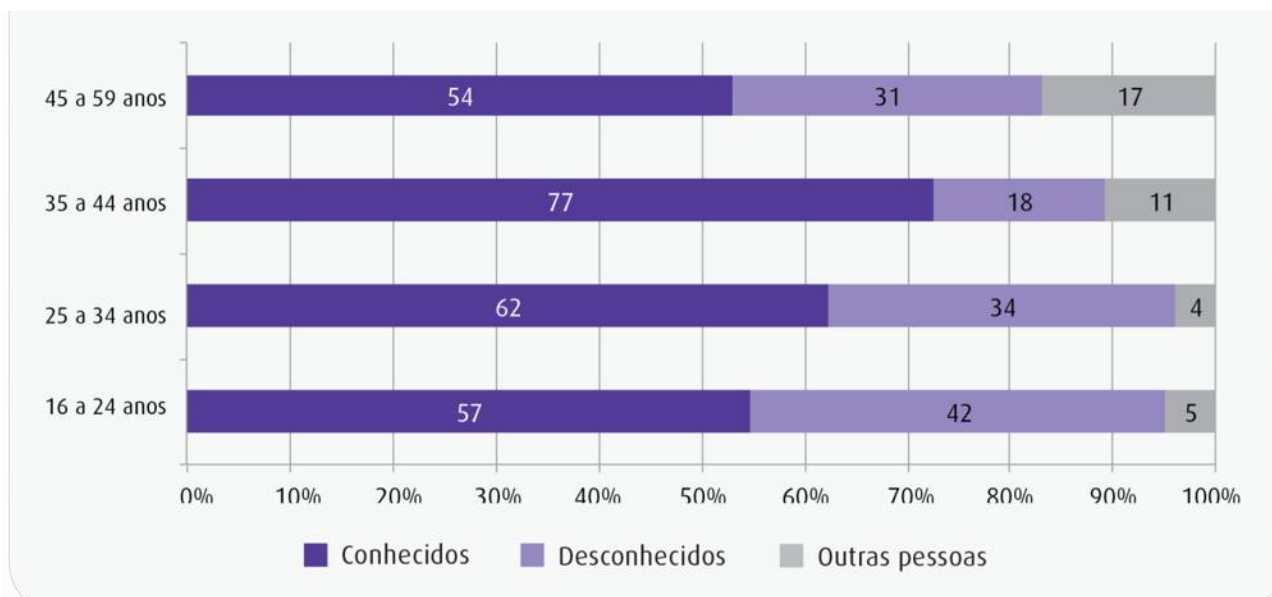
Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 3 – Sofreu algum tipo de violência nos últimos 12 meses, segundo o tipo, Brasil (%)



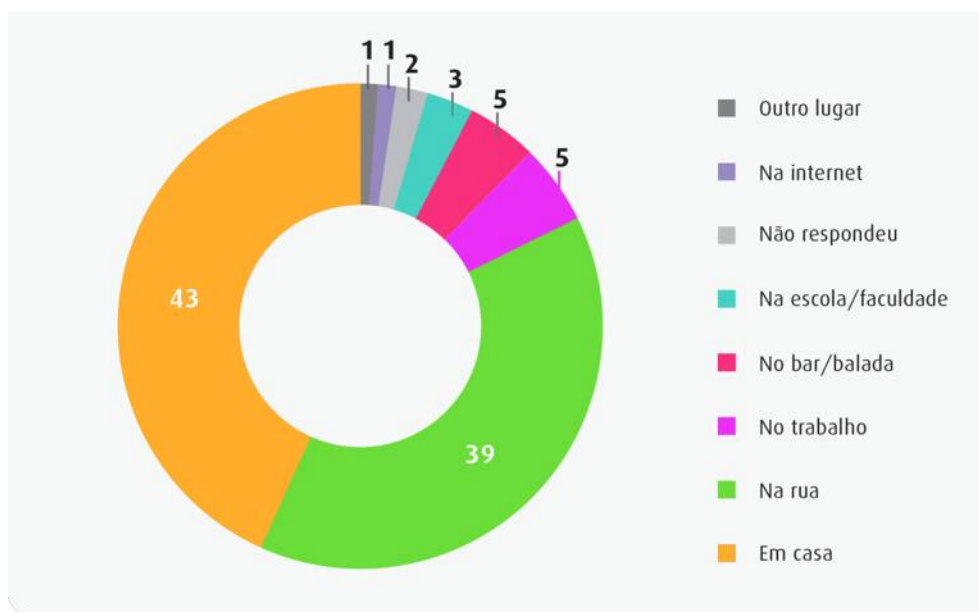
Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 4 – Tipo de agressor considerando a violência mais grave sofrida nos últimos 12 meses, por faixa etária, Brasil (%)



Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

Gráfico 4 - tipo de local considerando a violência mais grave sofrida nos últimos 12 meses, por faixa etária, Brasil (%).



Fonte: Datafolha/FBSP, 2017.

A internet tem sido, nos últimos vinte anos, uma forma frequente de perseguição e represálias contra a mulher contemporânea, embora ainda haja pouca especialização das delegacias em crimes cibernéticos. A rua e a própria casa da vítima ainda têm sido o local da maior parte dos crimes.



Pelas pesquisas, constata-se necessidade de atenção especial no período do Carnaval, época em que as agressões mais acontecem, em média uma agressão a cada três minutos. Também se chama a atenção para a faixa etária em que ocorrem mais ocorrências – de 16 a 24 anos. Porém, tem-se a consciência de que essa é a faixa etária que talvez tenha sido a que mais soube identificar a violência. Em relação à atitude dessas mulheres, em relação à agressão, apenas 1% ligou para o 180, 3% ligou para a polícia militar, 5% procurou a Igreja, 10% denunciou em delegacia comum, 11% denunciou em delegacia da mulher, 12% procurou ajuda dos amigos, 13% procurou a família e 52% não fez nada. Isso mostra um enorme descrédito da população no serviço público, e que ainda há medo das vítimas em relação à reação desses homens. Em muitas das vezes, vizinhos das vítimas também nada fazem diante da denúncia de violência (DATAFOLHA, 2017).

Pesquisas realizadas pelo IBGE, no período de 2003 a 2013, confirmam o aumento da violência contra as mulheres. Os dados mostram que as mulheres de pele negras são as mais vitimadas, associadas a um perfil de baixa escolaridade, (frequentemente com Ensino Fundamental ou Médio incompletos).

Dentre os motivos que levam as mulheres a não se separarem de seus agressores estão: o medo da reação agressiva do companheiro, a vergonha ou medo de procurar ajuda, a sensação de fracasso na busca do par amoroso, a esperança de que o cônjuge mude, o isolamento social da vítima, o despreparo da sociedade para lidar com o acolhimento dessa vítima, os obstáculos para a autonomia financeira, a dificuldade de conseguir pensão alimentícia, a dependência econômica, os motivos religiosos e a preocupação com os filhos. (ALMEIDA, SOUSA E COUTINHO, 2011).

Gráfico 5 – Evolução das taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil). Brasil, 1980/2013



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil

Diante disso, alerta-se para os índices de violência contra a mulher e para a necessidade de políticas públicas, justificando a necessidade da casa de amparo à mulher não somente em Anápolis, mas em todo o Brasil.



## A mulher goiana vítima de violência

Fonte da imagem: Mag Magrela. Adaptado pela autora.

O Estado de Goiás sempre foi marcado pelo uso da força e pelas relações de subserviência. Analisando seu processo histórico, identificamos a presença do coronelismo, a relação de subalternidade feminina (colocando a mulher sempre na esfera privada). No âmbito geográfico, percebemos a separação em relação ao eixo cultural do país. A educação feminina chega ao estado apenas em 1889. (FONTE)

Segundo a Unicef, em muitos países menos desenvolvidos como o Brasil, abrandam-se ou perdoam-se crimes contra a mulher. Segundo o Jornal MaisGoiás, no ano de 2018, crimes de feminicídio cresceram 22%, sendo Anápolis a 6ª cidade com mais ocorrências no estado.

Segundo o Diário da Manhã, em 2019, a cidade de Anápolis foi considerada a quinta mais violenta do estado, com 190 homicídios por 100 mil habitantes. Segundo o IPEA (2019), em 2017, Goiás estava em 5º lugar em violência letal de mulheres.

Percebe-se que é limitada a existência de políticas públicas voltadas especialmente para mulheres vítimas de violência em Anápolis, diante de dados tão alarmantes. Tal prática parece ser acobertada pela sociedade como um tabu, principalmente na esfera privada e nas relações conjugais.

Gráfico 6 - Número e estrutura (%) de encaminhamentos dos atendimentos femininos por violência no SUS, segundo o tipo de instituição de encaminhamento e etapa do ciclo de vida. Brasil, 2014

Tipo de Instituição	Número						Estrutura (%)					
	Crian	Adol.	Jovem	Adulta	Idosa	Total	Crian	Adol.	Jovem	Adulta	Idosa	Total
Cons. Tutelar	9.716	8.363	-	-	-	18.079	46,9	33,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Vara Inf/ Juventude	638	628	-	-	-	4.266	3,1	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Delegacia Criança/Adolescente	1.623	1.522	-	-	-	3.145	7,8	6,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Delegacia da Mulher	769	1.776	6.900	8.451	528	18.424	3,7	7,2	16,3	16,0	7,7	12,5
Atendimento à Mulher	226	421	1.586	2.235	163	4.631	1,1	1,7	3,7	4,2	2,4	3,1
Delegacia Genérica	1.797	3.705	8.888	10.616	1.002	26.008	8,7	15,0	20,9	20,0	14,6	17,6
Ministério Público	504	594	375	567	320	2.360	2,4	2,4	0,9	1,1	4,7	1,6
CREAS	1.981	1.970	1.691	2.383	1.037	9.062	9,6	8,0	4,0	4,5	15,1	6,1
Outros	1.804	2.049	3.118	4.204	667	11.842	8,7	8,3	7,3	7,9	9,7	8,0
Total Atendimento	20.707	24.708	42.442	52.979	6.855	147.691	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Encaminhados	12.104	13.629	19.595	24.424	3.039	72.791	58,5	55,2	46,2	46,1	44,3	49,3

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil

Segundo relatórios fornecidos pela Delegacia da Mulher de Anápolis (2019), dos meses de Janeiro a Junho, foram registrados 684 Procedimentos de Atendimento Integrado, 140 autos de prisão em flagrante, 270 Inquéritos policiais instaurados e 200 medidas protetivas encaminhadas ao poder Judiciário.

No início do Século XIX começam a surgir no Brasil, junto às mulheres que representavam maioria na produção industrial têxtil, os ideais feministas, buscando igualdade por meio de ideais anarquistas e comunistas em questões sócio-econômicas e culturais. Nesse início, mulheres já engajavam em lutas sindicais para melhores condições de trabalho e salários. Em 1920, surge o Partido Republicano Sufragista, movimento baiano pelo sufrágio feminino. (COSTA, 2005. p.4). O feminismo surge como uma identificação das mulheres em suas lutas individuais por igualdade.

No final do século XX, surgiram grupos autônomos de mulheres negras, como o Malunga e o Dandara do Cerrado. Atualmente em Goiás, os grupos feministas

configuram-se em grupos de estudos e de reflexão, configurados de acordo com os grupos de conscientização localizados no exterior. Na UFG, surge o Coletivo Rosa Parks, desenvolvido e formado por mulheres negras como um projeto de extensão universitária.

Na necessidade de criação de um serviço de atendimento multidisciplinar, surge a secretaria de políticas públicas para mulheres, que busca reduzir a desigualdade através dos programas de enfrentamento à violência, programas e ações nas áreas de saúde, educação, cultura, participação política, igualdade de gênero e diversidade. A rede de atendimento é constituída por serviços especializados e não-especializados. (Casas-Abrigo, Centros de Referência, Centros de Reabilitação e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher), e a Rede de Atendimento (articulação dos governos - Federal, Estadual, Municipal, Distrital e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, para garantir a integridade do atendimento). (BENTO,2019).



## A violência do ponto de vista do agressor

Fonte da imagem: Mag Magrela. Adaptado pela autora.

A violência conjugal representa uma das principais ameaças à saúde da mulher e a maioria dessas agressões se expressa em padrões contínuos. Segundo o World Health Organization, entre 10% e 69% das mulheres já foram agredidas por seus parceiros. A violência conjugal, um dos principais motivos que definiu a necessidade de criação da Casa da Mulher Brasileira, ainda não é tratada como crime real e acaba sem reais consequências. A agressão afeta a sociedade como um todo, e exige políticas públicas mais efetivas (ROSA, 2007).

Aqui apresenta-se o primeiro personagem dessa complexa situação de violência contra a mulher, o agressor. O autor Antônio Gomes da Rosa (2007) aponta uma pesquisa feita com agressores no Estado de Santa Catarina, por meio do Programa de Atenção à Violência Doméstica e Intrafamiliar, em reunião conduzida pela psicóloga do serviço. Nesta pesquisa, onze homens, autores de violência contra suas parceiras, aceitaram participar da pesquisa e, para serem obtidos dados detalhados e aprofundados sobre o tema violência conjugal, foram divididos aleatoriamente em dois grupos, um com cinco pessoas e outro com seis.

Esta pesquisa concluiu que, na grande maioria dos casos, os cônjuges justificam a agressão como “desencadeada” pela mulher e por uma série de fatores. Muitas vezes creditam o êxito ou fracasso do relacionamento ao comportamento da companheira, e utilizam com frequência os elementos “ela” e “outros”, buscando diminuir sua culpa em relação à agressão e atribuí-la a fatores externos. Dentre tais fatores estão: a interferência de pessoas estranhas à relação, como amigos ou família da vítima; as ações ou comportamentos inadequados da companheira; e o domínio da mulher sobre o

companheiro. As mudanças de comportamento ligadas ao álcool também estão entre os relato de motivação das agressões.

Ainda segundo a pesquisa de Antônio Gomes da Rosa, o cuidado com os filhos muitas vezes é utilizado como argumento para o início das agressões. “Eram duas horas da manhã e eu estava lá na janela, os filhos não tinham vindo. Eu chamava ela, e ela não dava bola [...]; às vezes não cuida muito bem nem dos filhos; os filhos, ela deixava os filhos... à vontade.” (p.155).

Tais homens também expressam descontentamento com o “domínio” das mulheres sobre eles, resultado da recente flexibilização da divisão sexual do trabalho e gradual quebra da sociedade patriarcal restritiva. Isso é uma demonstração de resistência às recentes mudanças na sociedade, e de reafirmação de valores que não mais se legitimam. Segundo Nolasco (ANO), o homem nesta situação, tendo perdido a base anterior de sua identidade de gênero, reage com violência.

Observamos que quanto mais as parceiras pareceram cobrar ou querer dos maridos o que eles “deveriam dar”, segundo o padrão tradicional, como provedores, mais o conflito e as agressões entre o casal se acentuava. Para eles, em casa como na rua, a atuação feminina parecia revelar seu próprio “desvalor”: “e ele fica revoltado porque ele vê que eu com pouca dificuldade ou muita dificuldade, eu consigo honrar meu nome – é coisa que eu mais tenho amor é a meu nome limpo, – e ele, realmente, ele não tem nome limpo... E ele desconta tudo em cima de mim: fica uma pessoa insegura, frustrada, não é capaz de nada, né? Não tem vontade de ir à frente (...).Ele é super revoltado com isso...E isso é a maneira que ele tem para destruir o que eu tenho...” (Suzi).(Sônia Maria Dantas-Berger e Karen Giffin, 2005)

Segundo Scott (1990), o gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. “O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. À medida em que ocorrem essas mudanças sociais que empoderam a mulher, essa relação de poder estabelecida já não se sustenta, e o homem reage” (p.86). Segundo SILVA (2009), homens e mulheres são vítimas dessa cultura patriarcal perversa, sem que, com isso, se justifiquem seus atos de violência.

Tendo-se em vista o fator de que o homem ainda não se vê como agressor, seria socialmente necessária a criação não só de um abrigo para mulheres vítimas de violência; para que as agressões cessassem, mas, também, formas de atendimento psicológico ao autor da violência, para que esses homens se reconhecessem como violentos. Este local, porém, não é a Casa de Amparo em questão.



## A violência do ponto de vista da vítima

Fonte da imagem: Mag Magrela. Adaptado pela autora.

Aqui apresenta-se o mais relevante personagem dessa complexa relação de gênero, a mulher goiana que vive em situação de violência.

A violência sempre fez parte da historiografia goiana. Em 1920, Goiás era predominantemente rural. Com Goiás no campo, uma população com baixa densidade demográfica, e considerando que a população do Estado correspondia a 1,67% da população brasileira, criava-se um cenário de isolamento de grandes centros urbanos. Esse isolamento permitia práticas como o Coronelismo, que foi apenas uma das institucionalizações da violência no estado. Ocorriam neste campo conservador relações de subserviência que resultaram em crueldade, intimidações e inúmeras mortes silenciosas. Mulheres goianas não saíam a público; faziam parte exclusivamente da vida privada, tirando exceções somente para o culto religioso. (ABREU, 2003)

E curiosamente, ao tratar do tema, o estado de Goiás desponta-se como referência para as narrações de agressões físicas dessa natureza, seguidas ou não de homicídios, que alimentam, diariamente, a crônica policial e os programas de televisão. Isso porque o índice de violência contra a mulher no estado, especialmente em Goiânia, é quase 50% superior à média mundial, que, segundo as Nações Unidas, é de 33% dos registros de violência doméstica. (Mayra Regina Saraiva de Abreu, 2003).

Nessa época, praticamente não se falava em educação feminina no estado; a primeira escola feminina havia sido implantada em 1824, enquanto no Brasil havia vinte unidades. A educação à mulher no Brasil consolidou-se com a criação do Lyceu, na primeira metade do século XIX. Diante dessa realidade, a aceitação da violência contra a mulher se dava por meio de catalisadores do conservadorismo, do servilismo e da



masculinidade. A primeira delegacia da mulher nasce somente em 1985. Tal demora reforçou a atual a banalização da violência contra a mulher (ABREU, 2003).

Estudos empíricos realizados pelas autoras Sônia Maria Dantas-Berger e Karen Giffin (2005) no Rio de Janeiro indicaram que as formas de violência mais endêmicas foram a *sexual* e a *física*, sendo a violência emocional, afetiva e moral as mais danosas. Nove mulheres, entre 25 e 51 anos, que efetuaram queixa de violência conjugal, foram entrevistadas. Suas identidades foram preservadas. Nessa entrevista, constata-se que maioria dessas mulheres possuía escolaridade baixa, tinha entre 1 e 3 filhos, trabalhava e possuía renda familiar entre três e cinco salários mínimos. Os tempos de relacionamento com seus agressores apresentavam grandes variações, de seis a vinte anos.

Muitas relataram violência física associada à violência psicológica e algumas, violência sexual. Foi observada que a ideia do casamento e da constituição da família aparece como uma expectativa de realização pessoal, o que as levou a morarem com seus maridos sem necessariamente se sentirem preparadas para um relacionamento. Eram mulheres com baixo nível de escolaridade, com pouca educação sexual, cujas expectativas matrimoniais não foram supridas e que se viram sozinhas na gestão doméstica e afetiva, muitas vezes sendo as únicas a tomarem partido da gestão doméstica e nas necessidades dos filhos, diante da questão crônica de desemprego ou de desinteresse pelo trabalho, por parte de seus companheiros.

“(...) Porque se meu marido tivesse sabido retribuir todo esse amor, junto comigo (...) pelo menos uma parte do que eu faço pra ele, seria a coisa mais linda, mais importante da minha vida...Ser feliz com ele. (...) Ele nunca foi um pai companheiro, de sair com elas, de fazer passeio, de levar elas no médico junto comigo...Sempre só fui eu...” (Elaine)(DANTAS-BERGER E GIFFIN, 2005)

Dentre as formas de violência documentadas, a mais difícil de identificar, entre as vítimas, foi a violência sexual, muitas vezes confundida com o sexo cedido. Em média, ela ocorre entre um 20% a 50% dos casos de violência conjugal.

De modo geral, apesar de tentarem “resistir” – dizerem não – acabavam “cedendo” à relação sexual, algumas vezes por temerem a agressão física, a perda de apoio financeiro ou acusações de infidelidade: “então, quando ele bebe, ele não deixa eu dormir, ele tenta fazer sexo comigo à força...Se eu não fizer, ele não deixa eu dormir, entendeu? Então – [Entrevistadora questiona: o que você faz?] – eu,o único jeito é fazer, né, que é para eu poder ter sossego, eu poder dormir e poder ter paz, porque senão eu não tenho... Se eu não deixar ele fazer, aí ele começa a querer me bater, me agredir, me esculhambar... Dizer que eu estou com homem na rua... Que eu tenho macho na rua.” (Geisa) (DANTAS-BERGER E GIFFIN, 2005)



Fonte da imagem: Mag Magrela. Adaptado pela autora.

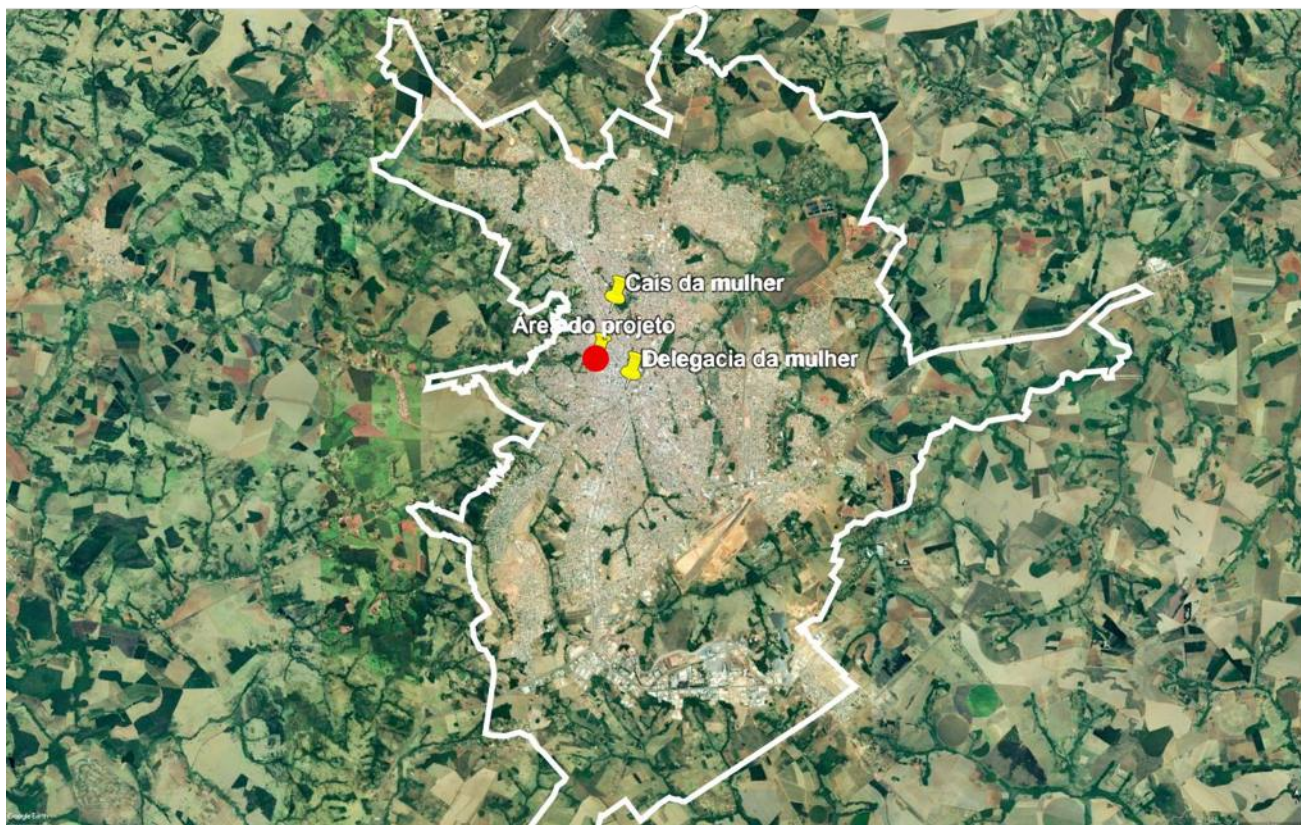
O terreno escolhido para a implantação da Casa de Amparo à mulher vítima de violência em Anápolis deu-se pelo fato de ser um terreno baldio centralizado próximo ao terminal urbano, com o qual esta mulher já possui uma relação diária. Sendo assim, embora ainda não existam políticas públicas de transporte que contemplem essa área, é possível propô-las com facilidade.

### 8.1 A cidade de Anápolis

A cidade de Anápolis está a 53km da capital, Goiânia, e está conectada a Brasília, Nerópolis e Leopoldo de Bulhões. É um dos maiores entroncamentos rodoviários do país. O relevo possui potencial erosivo fraco, com riscos de erosão em poucos pontos específicos; O clima é tropical de altitude, oscilando entre 8°C e 33°C, média entre 18°C e 23°C (Prefeitura de Anápolis, 2019). A economia está voltada para a indústria de transformação, medicamentos, comércio atacadista, indústria automobilística e educação.

Deve-se considerar a densidade populacional totalmente desforme da cidade: o centro é a parte mais densa, e abriga entre 1001 e 5000 habitantes por km<sup>2</sup>. Há também uma concentração da população nas áreas fora do perímetro urbano delimitado pelo plano diretor de 2016. Anápolis é uma cidade que, em termos gerais, possui um perímetro urbano pouco fragmentado.

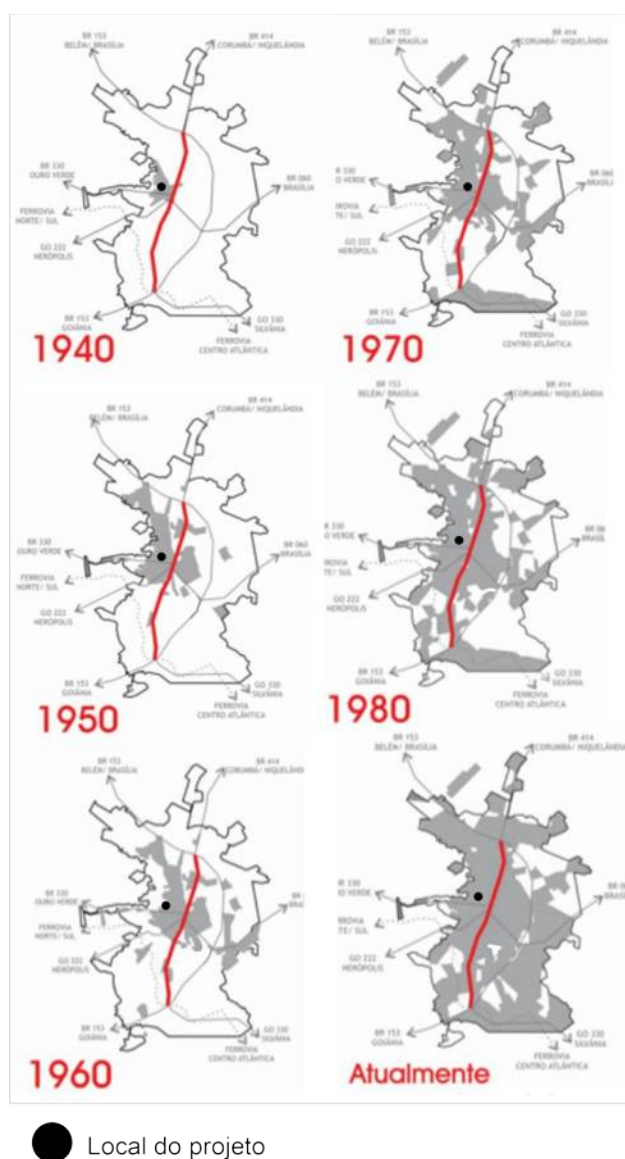
Imagem 1 – Imagem de Satélite do perímetro urbano principal de Anápolis, 2018.



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora.

Na imagem de satélite acima, são destacadas a área escolhida para o projeto arquitetônico e alguns locais da cidade que abrigam políticas públicas para as mulheres. O cais da mulher, a Delegacia da mulher e a área denominada para o projeto encontram-se centralizadas no mapa da cidade.

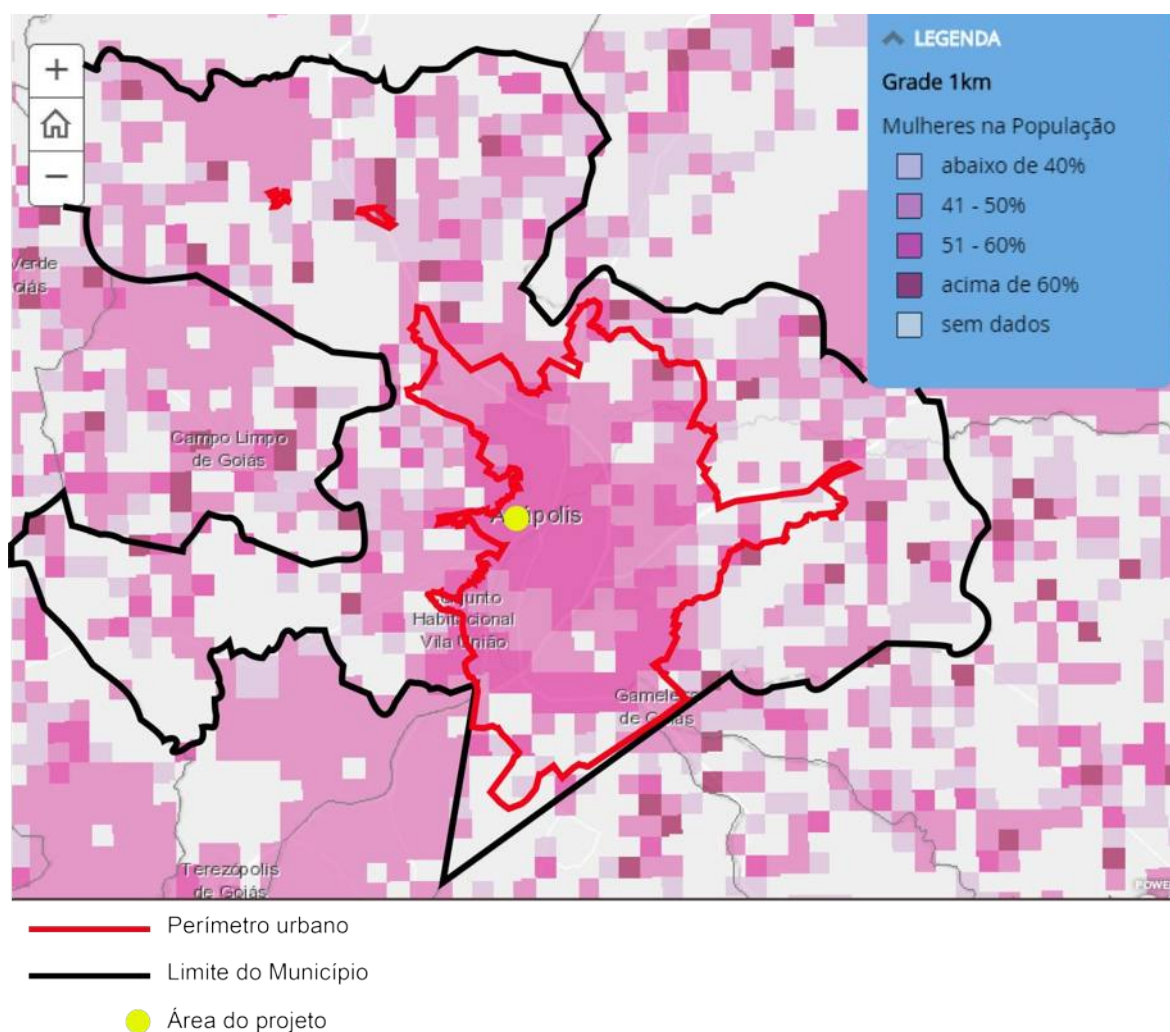
Imagem 2 – Evolução urbana de Anápolis de acordo com o plano diretor de 2016.



Fonte: Plano diretor de Anápolis. Adaptado pela autora.

Através do mapa de evolução urbana, podemos concluir que a área do projeto é uma das primeiras a surgir em relação à formação urbana e bem centralizada dentro do perímetro urbano, por corresponder à área da antiga Estação Ferroviária de Anápolis.

Imagem 3 – Distribuição das mulheres em Anápolis segundo o censo de 2010.

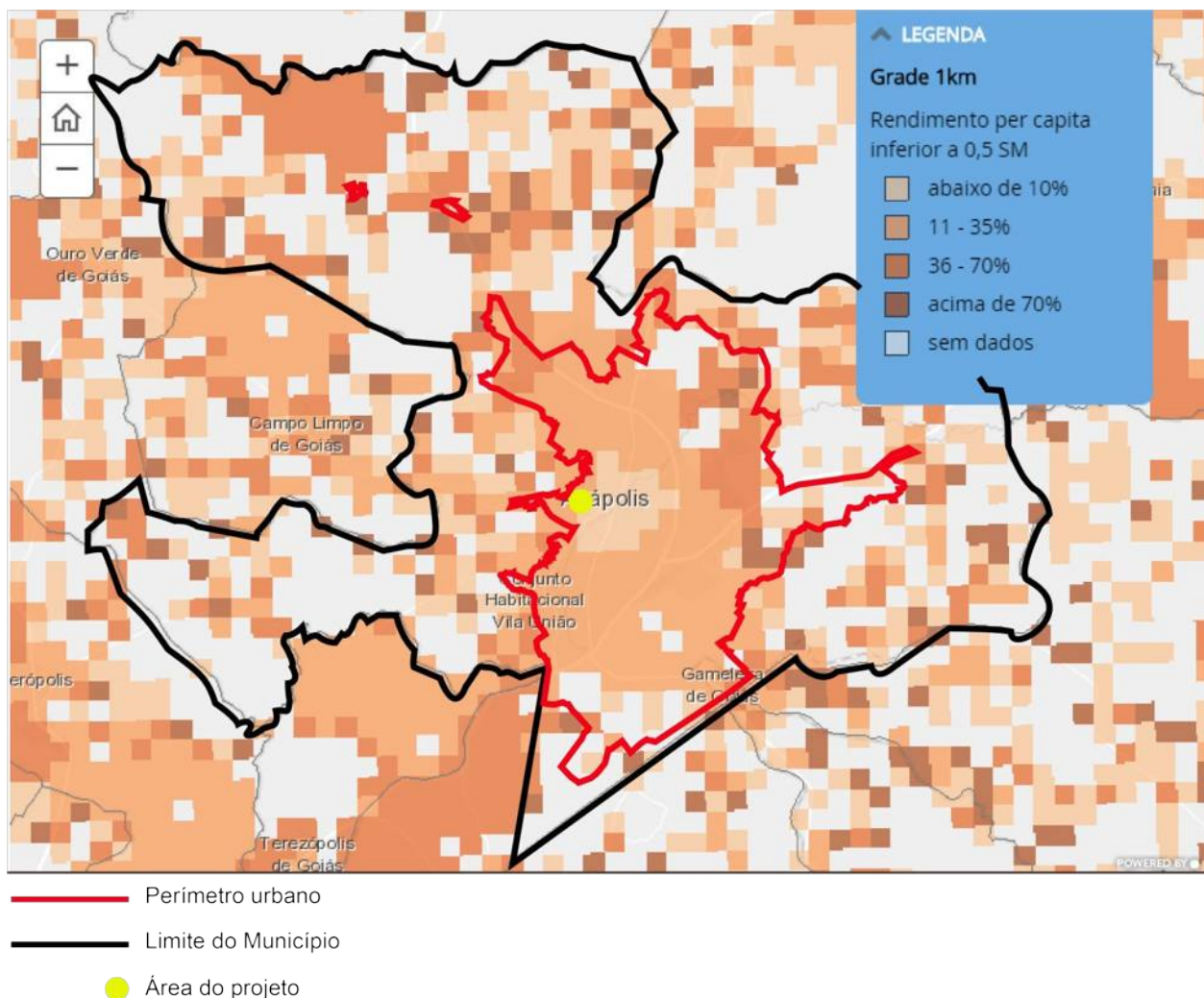


Fonte: IBGE, Censo 2010. Adaptado pela autora.

Percebe-se uma concentração maior de mulheres no centro da cidade e uma distribuição homogênea de focos de concentração de mulheres fora do perímetro urbano, provavelmente núcleos familiares geridos por mulheres.

Com dados fornecidos pelo censo de 2010, podemos concluir que mulheres estão distribuídas de forma heterogênea na cidade, sendo em grande parte da cidade entre 41% e 50%, mas em regiões específicas nas fora do perímetro urbano, representam a maioria da população. Por serem áreas de maior periculosidade, a mortalidade de homens faça com que, em algumas regiões, mulheres sejam maioria.

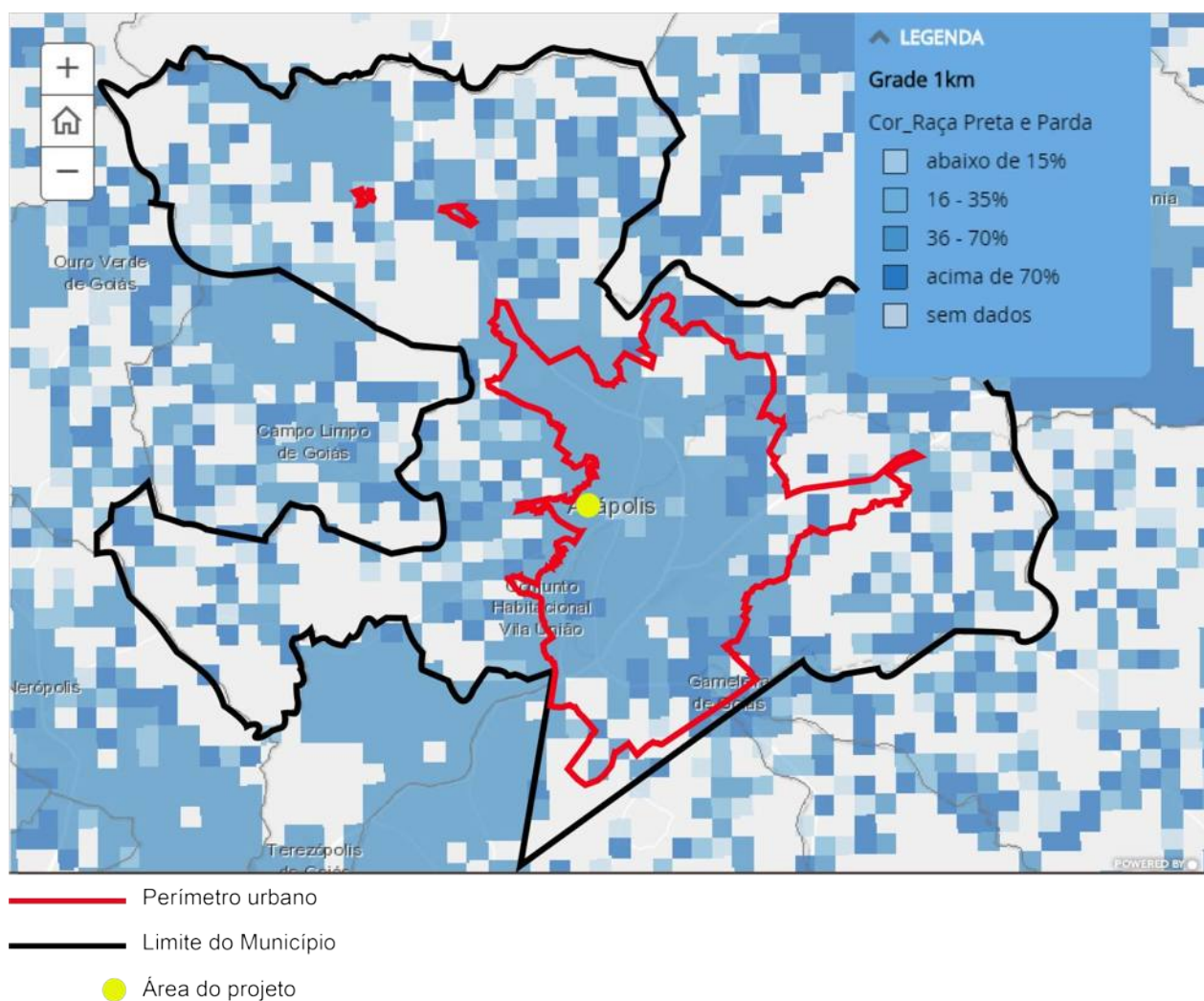
Imagem 4 – Rendimento per capita inferior a meio salário mínimo em Anápolis segundo o censo de 2010.



Fonte: IBGE, Censo 2010. Adaptado pela autora.

Segundo o IBGE cidades, “Em 2017, o salário médio mensal de Anápolis era de 2.6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 27.5%. A população residente na área não está entre as de menor rendimento na cidade, mas o abandono do local torna a área periférica, apesar de sua formação antiga e disposição ao centro da cidade. As áreas dispersas, que representam núcleos familiares geridos por mulheres, concentram baixa renda per capita. Por sua vez, a área de intervenção é uma área de maior renda.

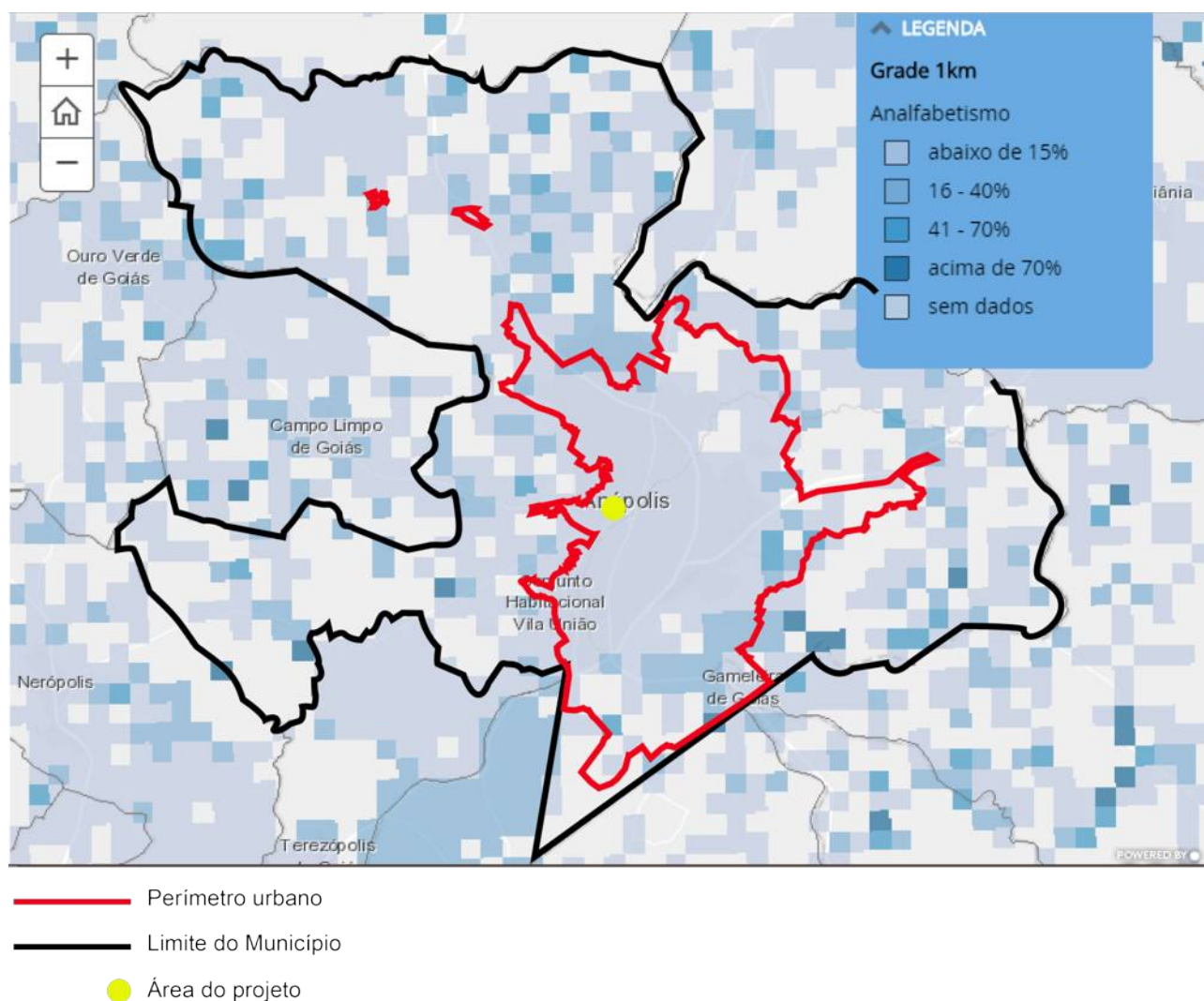
Imagem 5 - Cor parda e preta em Anápolis segundo o censo de 2010.



Fonte: IBGE, Censo 2010. Adaptado pela autora.

Nas áreas mais afastadas, a população preta e parda apresenta-se como maioria. Essa população desloca-se para o terminal diariamente em busca de serviços e a trabalho.

Imagem 6 – Analfabetismo em Anápolis segundo o censo de 2010.

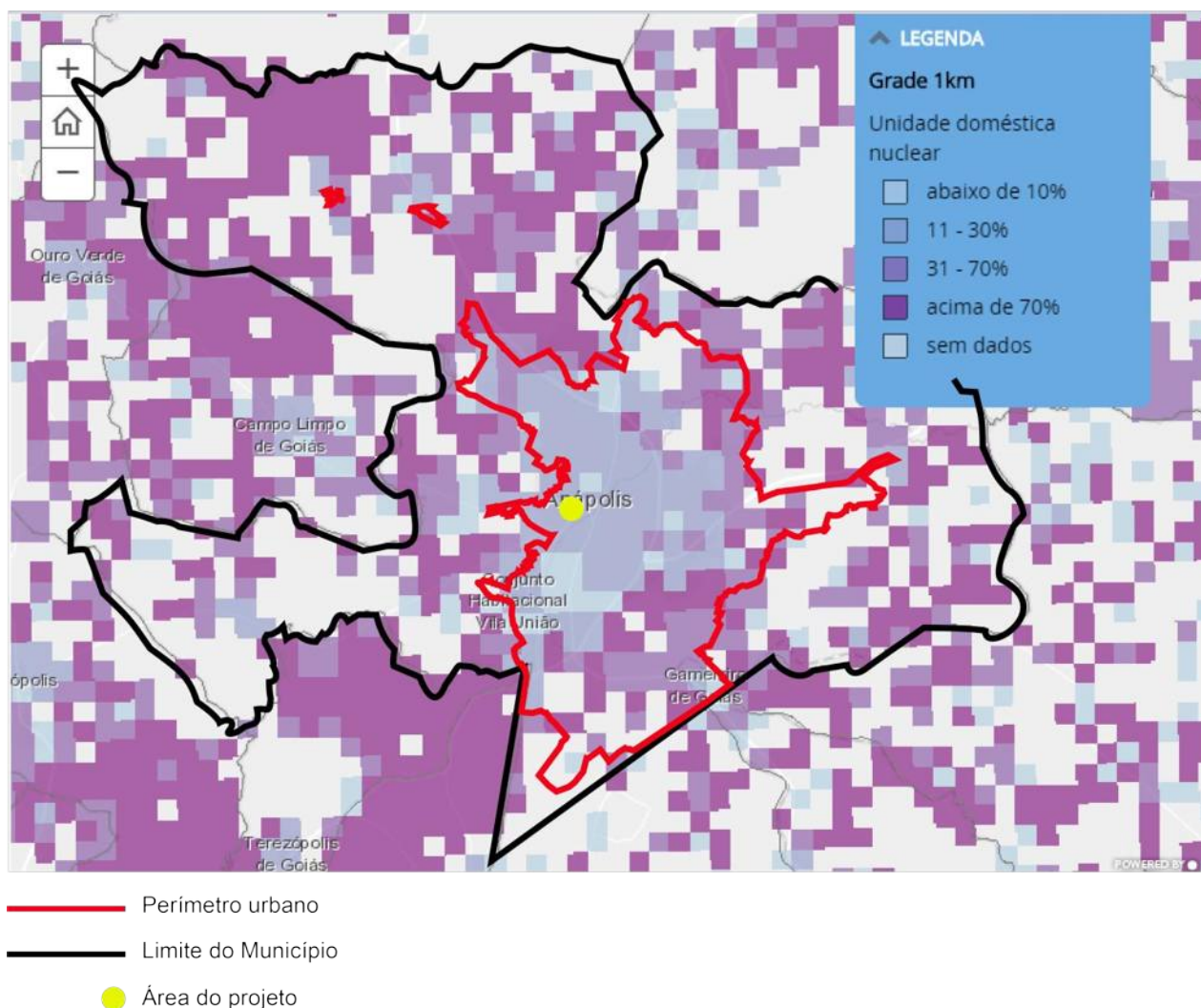


Fonte: IBGE, Censo 2010. Adaptado pela autora.

Pessoas que se declaram pretas e pardas também estão, em sua maioria, nas periferias e áreas rurais, reforçando a desigualdade social. São poucas as oportunidades presentes nessas áreas afastadas do centro, principalmente em áreas rurais e nos bairros Souzaânia e Interlândia, ao norte da cidade. Há tempos reivindica-se a autonomia desses loteamentos afastados, para que não haja sobrecarga do sistema de transporte e dos recursos da cidade.



Imagem 7 - Unidade doméstica nuclear em Anápolis segundo o censo de 2010.



Fonte: IBGE, Censo 2010. Adaptado pela autora.

Segundo o IBGE (2010), “O mapa acima mostra o percentual de domicílios particulares permanentes ocupados classificados como unidade doméstica do tipo nuclear, que é aquela formada por um casal, um casal com filho(s) ou por uma pessoa (homem ou mulher) com filho(s)”.

As melhores condições de renda estão concentradas no centro da cidade. Nas periferias e na área rural, encontram-se graves problemas de distribuição de renda. Supõe-se que o poder esteja nas mãos de grandes latifundiários e que haja pouca concentração de empregos nessas regiões, obrigando mulheres periféricas a se deslocarem para o centro de segunda a sexta para trabalho. Sendo assim, pode-se afirmar que essas mulheres já possuem uma relação com esse centro, sem que haja a necessidade da criação dessa ponte.

Podemos concluir que os domicílios estão mais concentrados em periferias e áreas rurais, sendo o centro da cidade uma forte concentração de comércio e serviços.

## 8.2 O bairro da implantação e bairros adjacentes

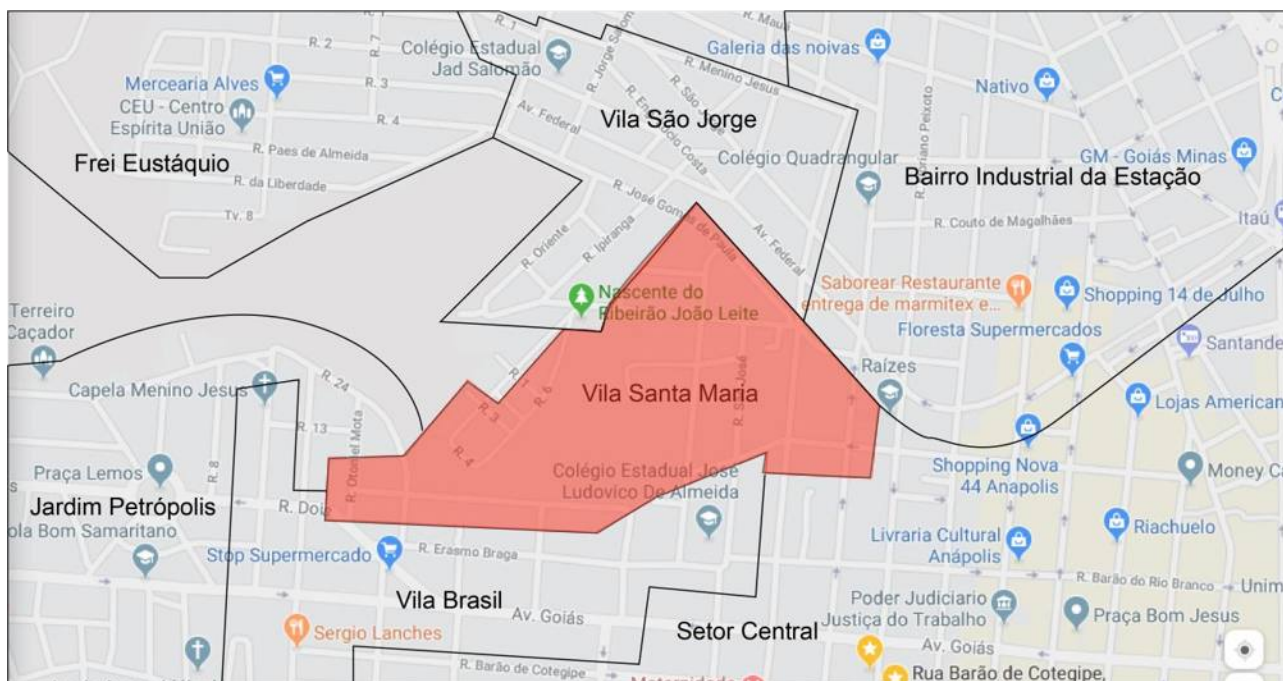
Imagem 8 – Terreno do projeto localizado na cidade.



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora.

O bairro onde será implantada a Casa de Amparo, Vila Santa Maria, é um bairro predominantemente residencial e conta com um colégio estadual, a faculdade raízes e galpões industriais que ocupam grandes áreas. Esses galpões são, em sua maioria, utilizados para estocagem. Uma minoria abriga estabelecimentos comerciais.

Imagem 8 - Limites do bairro Vila Santa Maria, em Anápolis.



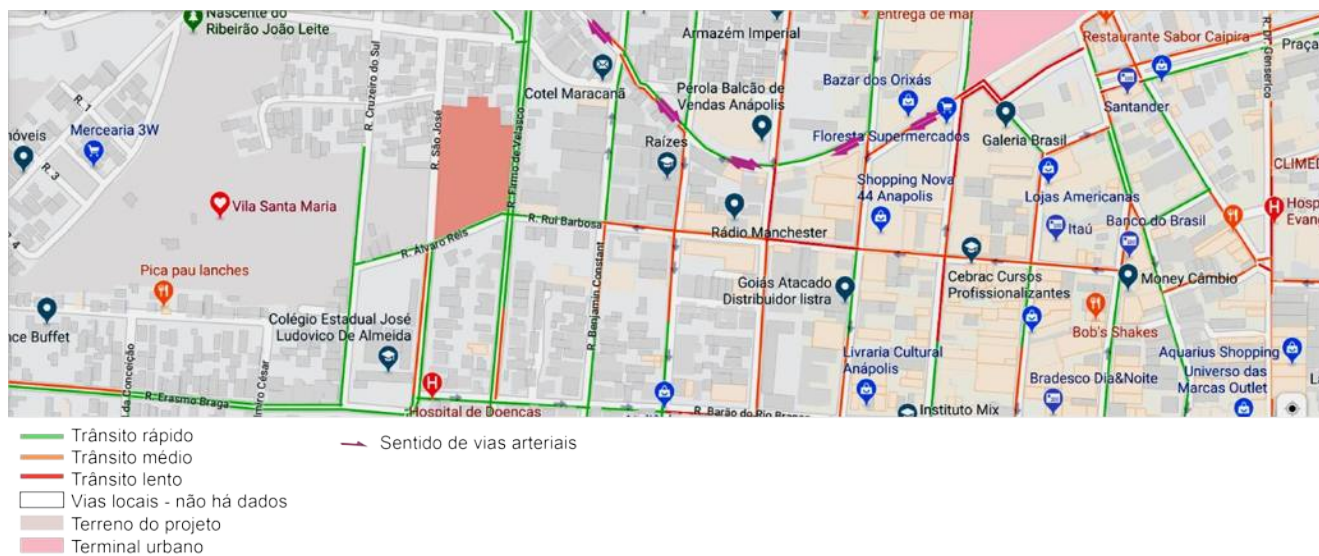
Fonte: Google maps. Adaptado pela autora.

O bairro São Jorge a norte é predominantemente residencial, e percebe-se uma necessidade de estabelecimentos comerciais. Abriga a Escola Municipal Prof.<sup>a</sup> Edinê Rodrigues Gomes, a praça Ilídio Garcia e um extenso espaço para feiras. O Bairro Frei Eustáquio também é predominantemente residencial, com presença de alguns comércios locais. Atenta-se para áreas de invasão às margens do ribeirão João Leite no bairro em questão.

No Bairro Industrial da Estação, verifica-se a existência de tipologias mais diversas de edifícios: residências unifamiliares, blocos com comércio térreo e residência em pavimentos, escolas, igrejas e serviço. Isso se deve ao fato da sua proximidade ao setor central, onde concentra-se a maior parte dos edifícios comerciais da cidade.

Os Bairros Vila Brasil e Jardim Petrópolis, por sua vez, apresenta maior índice de residências unifamiliares e alguns poucos pontos comerciais e equipamentos públicos.

Imagem 16 – Mapeamento do trânsito na região



Fonte: Google maps. Adaptado pela autora.

O trânsito na região é composto em sua maioria por ruas locais. A única via arterial presente é a Avenida Federal, que conecta o Terminal Urbano ao bairro Vila Santa Maria, e, por fim, ao bairro Frei Eustáquio (imagem 8).

Imagem 9 – Relação da área de projeto com o terminal urbano e APP.



- Área de Proteção Ambiental
- Terreno do projeto
- Terminal urbano
- Edifícios educacionais
- Nascente do Ribeirão João Leite

Fonte: Google Earth, adaptado pela autora.

A proximidade da área à nascente do Ribeirão João Leite e a uma grande área de proteção ambiental desperta a necessidade de uma abordagem ambiental para o projeto. A ausência de vegetação ao longo do curso d'água e nas regiões do entorno mostra que questões ambientais não são tratadas com importância na área em questão.

### 8.3 O entorno imediato

Optou-se por uma área próxima ao terminal da cidade, pela acessibilidade da área por todos os cidadãos. Embora bem centralizada, encontra-se isolada de políticas públicas de transporte. A área mostra-se ser uma das primeiras áreas urbanizadas, com formação na década de 40. O local encontra-se carente de áreas públicas para equipamentos, como praças, parque, postos policiais e postos de saúde.

O terreno está no Bairro Vila Santa Maria, próximo à Faculdade Raízes e ao Colégio Estadual José Ludovico de Almeida, portanto cercado pelo aspecto educacional

que o edifício a ser implantado busca propor. Percebe-se que no local há uma falta de espaços públicos e espaços de repouso em geral.

Imagem 10 – Imagem de satélite da área do projeto



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora.

As ruas que cercam o terreno encontram-se em situação de abandono. A rua São José (Imagem 11) é estreita e cercada por dois grandes terrenos baldios, e apresenta problemas de iluminação pública e drenagem pluvial. É também uma das ruas de maior declividade e maior circulação de veículos. A rua Bartolomeu Bueno (Imagem 15), também de grande declividade, também possui casas isoladas por altos muros, porém com maior permeabilidade da vista. Todas as ruas possuem estreitos passeios públicos e escassa vegetação. O terreno encontra-se cercado e possui calçadas estreitas (imagem 12).

Imagem 11 – Rua São José.



Fonte: autora

Imagem 12- Vista do Terreno da proposta a partir da rua São José.



Fonte: autora.

Imagem 13 - Rua Álvaro Reis



Fonte: autora.

A Rua Álvaro Reis (Imagem 13), embora bem edificada, apresenta casas com altos muros e problemas de drenagem ao aproximar-se da área de preservação ambiental (Imagem 9); Os moradores criaram canaletas na calçada para conter a água das chuvas.

Imagem 14 - Rua Firmo Velasco



Fonte: autora.

A Rua Firmo Velasco (Imagem 14) apresenta altos galpões industriais que abrigam comércios e extensos terrenos baldios.

Imagem 15 - Rua Bartolomeu Bueno



Fonte: autora

Com edifícios de baixo gabarito, a área de proteção ambiental adjacente possui grande importância para a cidade, pois abriga a nascente do Ribeirão João Leite. Segundo o plano diretor de 2016, a área de proteção é fundo de vale, possui alta



declividade e corre risco de erosão, devido à retirada de parte da vegetação e ao acúmulo das águas na parte mais baixa do vale durante o período de chuvas.

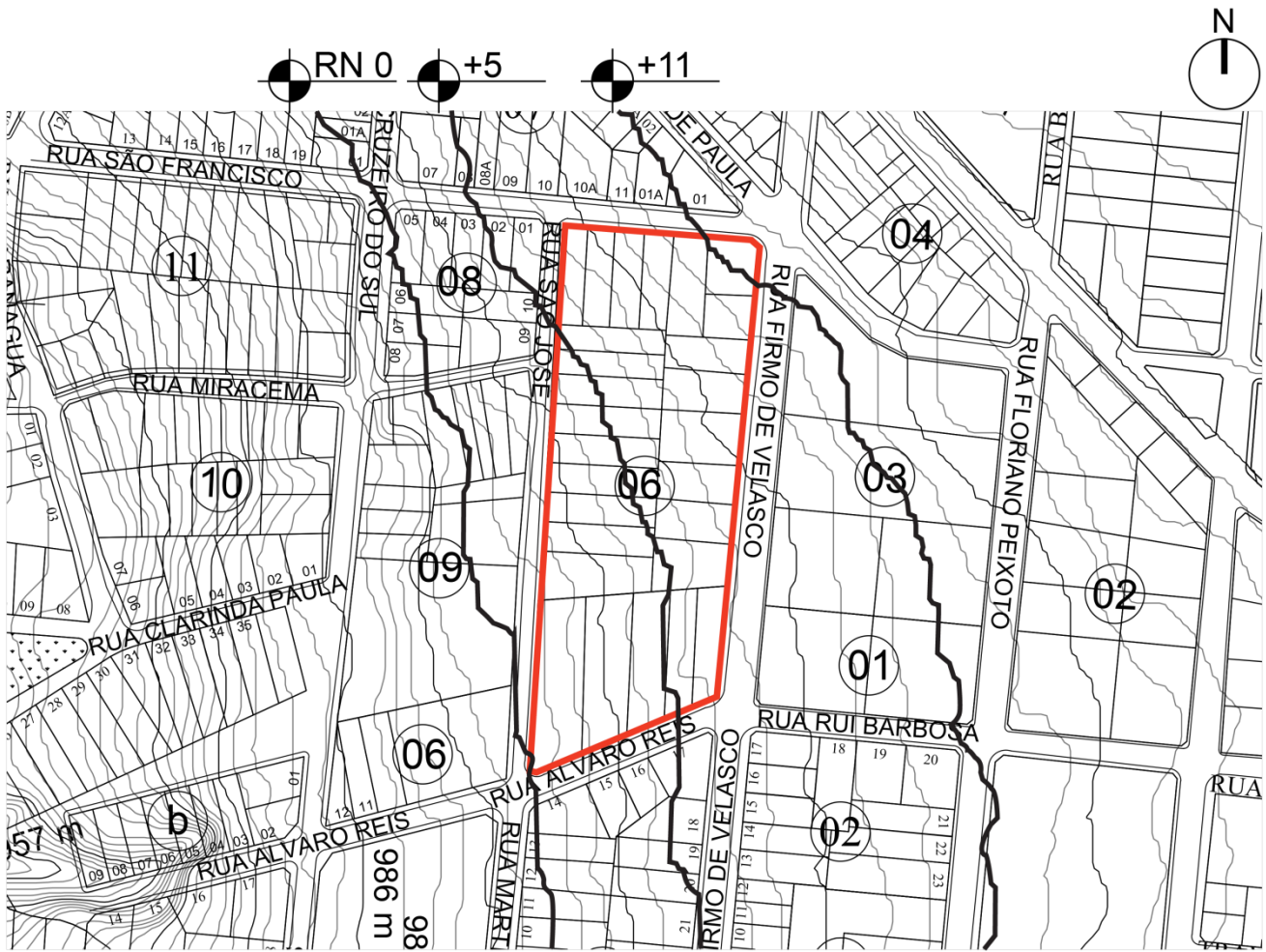
Imagem 17 – Mapa de ocupação da região



Fonte: Google maps. Adaptado pela autora.

A ocupação caracteriza-se por extremos –ou o terreno está totalmente vazio, ou com alta ocupação. Percebe-se a fragmentação de vários lotes com a presença de sub-unidades residenciais. Percebe-se também a alta taxa de ocupação e extensos lotes vagos (Imagem 17).

Imagem 18 – Mapa cartográfico da região com topografia de 1 em 1 metro



Fonte: Prefeitura de Anápolis. Adaptado pela autora.

A área possui desnível pouco íngreme, de 8 a 15%. O terreno descende em direção à nascente do João Leite, na quadra a oeste. Percebe-se através da escritura fornecida pela prefeitura que os lotes são em sua maioria irregulares, devido ao traçado irregular das ruas. Alguns lotes são maiores, pois abrigam galpões.

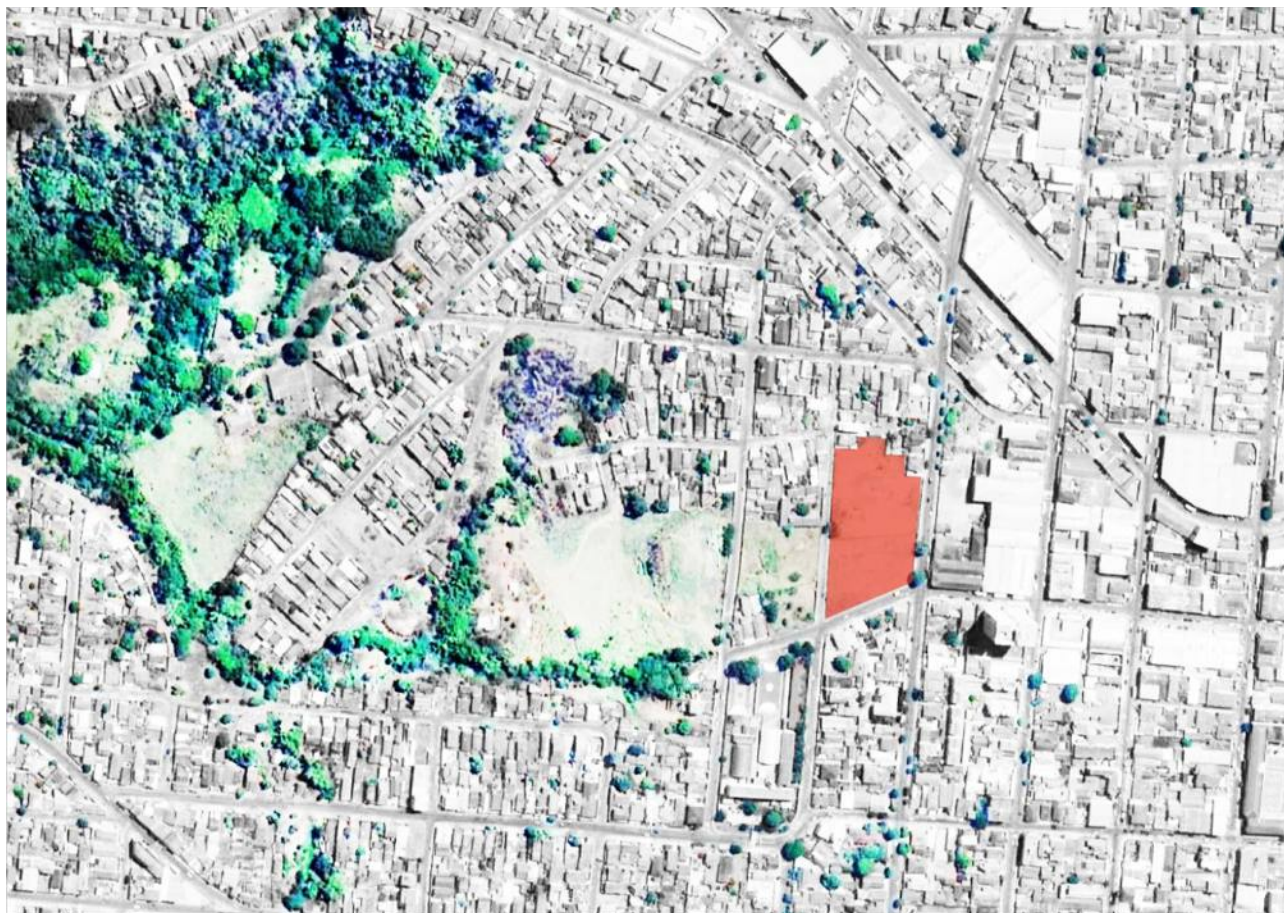
Imagem 19 – Mapeamento de linhas de ônibus na região.



Fonte: Plano diretor de Anápolis. Adaptado pela autora.

A partir do estudo das linhas de ônibus da cidade (imagem 19), podemos observar que as quadras em questão não possuem circulação de veículos coletivos, sendo necessário que moradores tenham que caminhar até cinco quadras para alcançar um ponto de ônibus. Será idealizada, durante a etapa de projeto, uma linha de ônibus somente para mulheres que terá por objetivo transportar essas mulheres até a Casa de Amparo à mulher.

Imagem 20 – Mapeamento da vegetação do entorno.



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora.

Observamos à oeste distribuições desformes e heterogêneas de vegetação. Atenta-se para o fato de que a vegetação da nascente do Ribeirão João Leite encontra-se comprometida. Observa-se também uma grande quantidade de unidades residenciais térreas na Vila Santa Maria, sem usos mistos do solo. O uso do solo começa a se diversificar em direção aos Bairros Industrial da Estação e Centro. (Imagem 20).

Imagem 21– Mapa de usos.



## Legenda de usos

	Residencial		Comercial		Galpões de estoque
	Educacional		Religioso		
	Invasão		Serviço		
	Uso misto		Residencial em pavimentos		

Fonte: Google maps, adaptado pela autora.

Os indicadores socioeconômicos, anteriormente apresentados, mostram que a região no entorno da área escolhida para o projeto possui menos de 10% dos moradores com salários abaixo de meio salário mínimo (IBGE, 2010). Pressupõe-se então, que, embora seja uma área que apresenta problemas, de maior valor comercial do solo e de poder aquisitivo moderado.


Imagem 22– Esquema de ocupação do solo segundo o documento de Uso do Solo





Fonte: autora.


Segundo o documento de uso do solo (ANEXO A) fornecido pela prefeitura, o subsolo pode ser ocupado em 100% da área, desde que haja poços de recarga de água da chuva e mecanismos de ventilação e iluminação para áreas ocupadas. A área permeável deve corresponder a 20% da área do terreno e o edifício pode ter até, no máximo, 10 metros de altura, ocupando 70% da área do terreno.

Gráfico 7- Relação da velocidade, predominância e direção dos ventos com o clima e o período do ano.

VERÃO	MÊS	DIREÇÃO	VEL.MÉDIA (M/S)	PREDOMINÂNCIA (PORCENTAGEM)	CLIMA	DIREÇÃO E MÉDIA GERAL
	JANEIRO	SE	0,61	51%	QUENTE ÚMIDO	LESTE (L) 0,55M/S
	FEVEREIRO	L	0,69	32%	QUENTE ÚMIDO	
	MARÇO	L	0,49	57%	QUENTE ÚMIDO	

OUTONO	MÊS	DIREÇÃO	VEL.MÉDIA (M/S)	PREDOMINÂNCIA (PORCENTAGEM)	CLIMA	DIREÇÃO E MÉDIA GERAL
	ABRIL	L	0,43	61%	QUENTE SECO	LESTE (L) 0,48M/S
	MAIO	SE	0,49	55%	QUENTE SECO	
	JUNHO	L	0,44	62%	QUENTE SECO	

INVERNO	MÊS	DIREÇÃO	VEL.MÉDIA (M/S)	PREDOMINÂNCIA (PORCENTAGEM)	CLIMA	DIREÇÃO E MÉDIA GERAL
	JULHO	SE	0,41	64%	QUENTE SECO	SUDESTE (SE) 0,39M/S
	AGOSTO	SE	0,39	67%	QUENTE SECO	
	SETEMBRO	NO	0,51	58%	QUENTE SECO	

PRIMAVERA	MÊS	DIREÇÃO	VEL.MÉDIA (M/S)	PREDOMINÂNCIA (PORCENTAGEM)	CLIMA	DIREÇÃO E MÉDIA GERAL
	OUTUBRO	NO	0,54	57%	QUENTE ÚMIDO	NOROESTE (NO) 0,49M/S
	NOVEMBRO	NO	0,45	63%	QUENTE ÚMIDO	
	DEZEMBRO	NO	0,50	59%	QUENTE ÚMIDO	

Fonte: análise dos dados climatológicos de vento do município de Anápolis-GO para soluções projetuais

Conclui-se que ventos secos chegam a Anápolis da direção sudeste e leste durante Inverno, Verão e Outono, e ventos úmidos chegam da região Noroeste durante a primavera. Desta forma, busca-se voltar as arestas mais altas da cobertura para os ventos dominantes, buscando maior aproveitamento das massas de ar.

Arquitetos: Sou Fujimoto Architects  
 Endereço: 243-1 Matsugaechō, Date, Hokkaido 052-0012, Japão  
 Equipe: Hiroshi Kato  
 Área construída: 2,536 m<sup>2</sup>  
 Área do Terreno: 14590.0 m<sup>2</sup>  
 Ano do projeto: 2006  
 Materialidade: Alvenaria estrutural de concreto

Localizado na área rural de Date, no sul da ilha de Hokkaido, no Japão, o Centro de Reabilitação Infantil entra em conformidade com a paisagem local (imagem 23). Enquanto espaço planejado, brinca com prismas quadrangulares dispostos aleatoriamente, dando a ideia de espaço não-planejado (ARCHDAILY, 2008). Através da criação de caixas e a utilização também do espaço externo a elas, cria ao mesmo tempo uma racionalização da utilização de determinados espaços, e a pluralidade de usos de outros.

Em geral, o edifício gera a sensação de uma grande casa em uma pequena cidade interiorana, na privacidade de uma casa, mas na variedade de uma cidade (ARCHDAILY, 2008). Mostra-se como um edifício no qual a é valorizado o relacionamento de crianças com distúrbios mentais, sendo possível o tratamento através da convivência e da brincadeira.

Logo próximo ao edifício, encontram-se uma escola ginásial e um edifício de terapia familiar. (imagem 25)(KIRI E MORI, 2010)

**Acessibilidade**

Em geral, o edifício peca em questões de acessibilidade, pelo fato de não haver rampas acessíveis (imagem 23). A maioria dos blocos encontra-se nivelada, mas o acesso a algumas áreas não é possibilitado por rampas ou elevadores. O segundo pavimento pode ser acessado somente por escadas, porém, possui parte do programa essencial para as crianças.

Imagem 23- Implantação do Centro de reabilitação.



Fonte: archdaily.

Imagem 24 - Paisagem do Centro de Reabilitação infantil.



Fonte: archdaily.

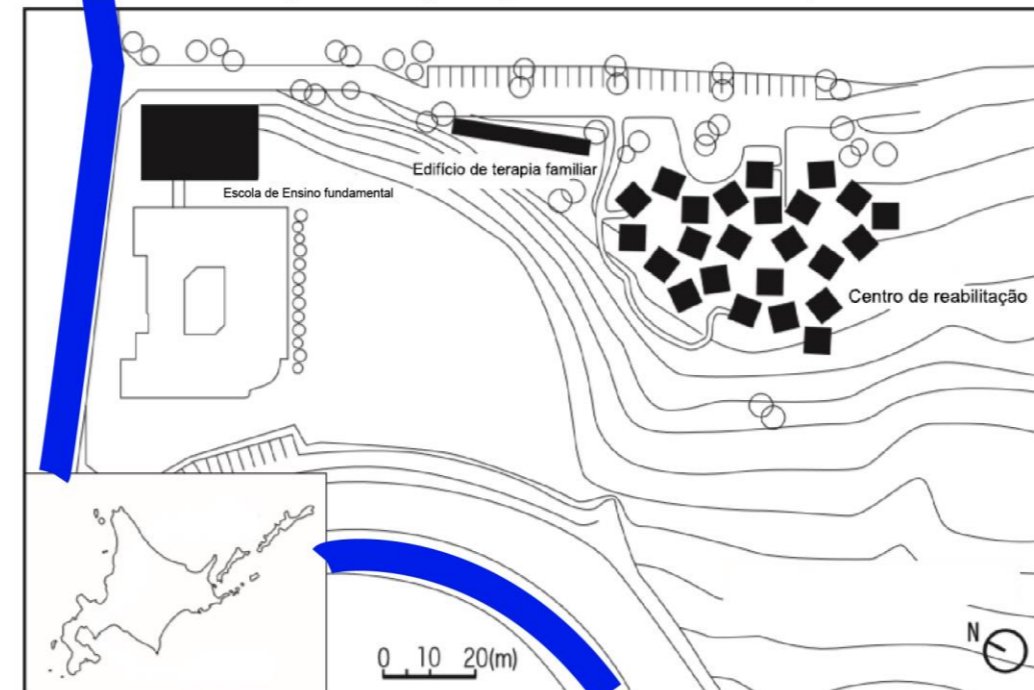
Imagem 25 - Interior do Centro de Reabilitação infantil.



Fonte: archdaily. Adaptado pela autora.

- Espaço de refeições / espaço flexível
- Cozinha

Imagem 26 - Implantação do Centro de reabilitação.



Fonte: Cognition on spacial structure of volumes with random layout. Adaptado pela autora.

- Estrada

O edifício está cercado de edifícios de caráter semelhante projetados pelo mesmo arquiteto, como a casa 7/2 que inclui programa de terapia familiar e o dormitório para portadores de deficiência mental. (THE TOKYO FILES, 2015).

Imagem 27 - Implantação em imagem de satélite.



Fonte: The Tokyo files. Adaptado pela autora.

- Casa 7/2, Sou Fujimoto architects
- Centro de reabilitação, Sou Fujimoto architects
- Dormitório para portadores de deficiência mental, Sou Fujimoto architects

**Referências**

KIRI, Keisuke; MORI, Suguru. Cognition on spacial structure of volumes with random layout. 日本建築学会計画系論文集, v. 75, n. 652, p. 1407-1413, 2010.

Children's Center for Psychiatric Rehabilitation / Sou Fujimoto Architects. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/8028/children%25e2%2580%2599s-center-for-psychiatric-rehabilitation-sou-fujimoto>> acesso em 20/09/2019

The Tokyo files, how to find the works of Sou Fujimoto. Disponível em: <<https://thetokyofiles.com/2015/12/06/how-to-find-the-works-of-sou-fujimoto/>> acesso em 20/09/2019

Mundo educação, Japão. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/japao>> acesso em 20/09/2019.



**Contextualização nacional e regional**

O Japão é um país marcado por constantes avanços tecnológicos e por um relevo acidentado característico de montanhas e vulcões, mas principalmente por sua alta densidade demográfica, que chega a 336,8 habitantes para cada quilômetro quadrado. Em geral, o verão no Japão é úmido e marcado por sua maritimidade, e os invernos são rigorosos. O país é marcado por dois tipos principais de clima: o Temperado Frio, ao norte, e o Subtropical, na região centro-sul. (MUNDO EDUCAÇÃO, 2019).

A ilha de Hokkaido está ao norte do Japão e é em geral a mais fria, com verões mais amenos. Suas principais atividades econômicas são a produção agrícola e pecuária.

**Orientação solar**

Optou-se por voltar os dormitórios para as fachadas Leste e Norte, fachadas de insolação mais amena no Hemisfério Norte. Nas fachada oeste e sul, posicionam-se partes administrativas, depósitos, cozinha, consultórios médicos e locais de banho.

Imagem 28 - planta térreo



Fonte: archdaily. Adaptado pela autora.  
Imagem 29 - planta do segundo pavimento.



**Legenda**

**Acessos**

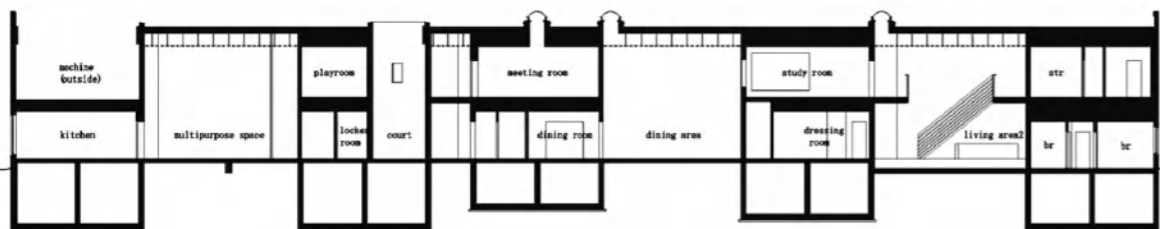
- 01 Acesso de funcionários
- 02 Acesso das crianças
- 03 Acesso de serviços

**Espaços**

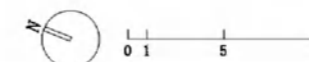
- Sala de reuniões / espaço flexível
- Circulação
- Vazio

- 01 Depósito
- 02 Recepção/ espaço para retirar os sapatos
- 03 Sala de aconselhamento
- 04 Sala de espera
- 05 Biblioteca
- 06 Escritório
- 07 Lounge
- 08 Sala do nutricionista
- 09 Despensa
- 10 Cozinha
- 11 Dormitórios
- 12 Quintal (área externa)
- 13 Sala do diretor
- 14 Sala do médico
- 15 Administração
- 16 Escritório médico
- 17 Sanitários
- 18 Vestiários
- 19 Banho
- 20 Lavanderia
- 21 Brinquedoteca
- 22 Sala de reuniões
- 23 Sala de estudos
- 24 Oficina
- 25 Sala de treinamento
- 26 Sala de descanso
- 27 Sala de cura mental
- 28 Área externa/maquinário

A iluminação e ventilação do edifício são feitas através de janelas, claraboias e da própria abertura para o meio externo.



Fonte: archdaily, adaptado pela autora.



Arquitetos: Marcelo Ponte, Valéria Laval e Raul Holfinger  
 Localização: Setor de Grandes Áreas Norte 601 - Brasília DF  
 Área construída: 3.668,69 m<sup>2</sup>  
 Ano: 2013  
 Materialidade: Alvenaria Estrutural

O programa da casa da mulher brasileira dispõe dos ambientes: Recepção, Acolhimento e Triagem, Serviços de Apoio Psicossocial, Delegacia Especializada de violência doméstica e Familiar contra a mulher, Ministério Público, Defensoria Pública, Serviço de Promoção de Autonomia Econômica, Alojamentos de Passagem e Central de transportes. (BENTO, 2019).

O projeto tipo apresenta configuração espacial padronizada, que pode ter sido alterada em outros locais que tenha sido implantada. Foi implantada também em São Luís, Campo Grande, Curitiba, Boa Vista e Fortaleza.

Imagem 30 - Casa da mulher Brasileira.



Fonte: MDH notícias

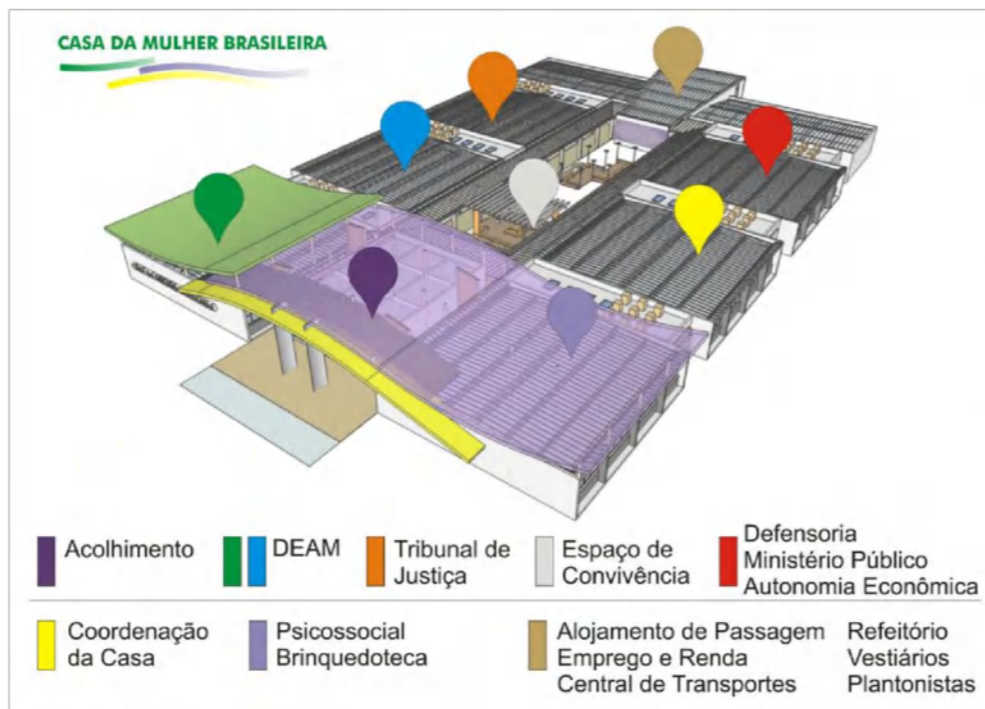
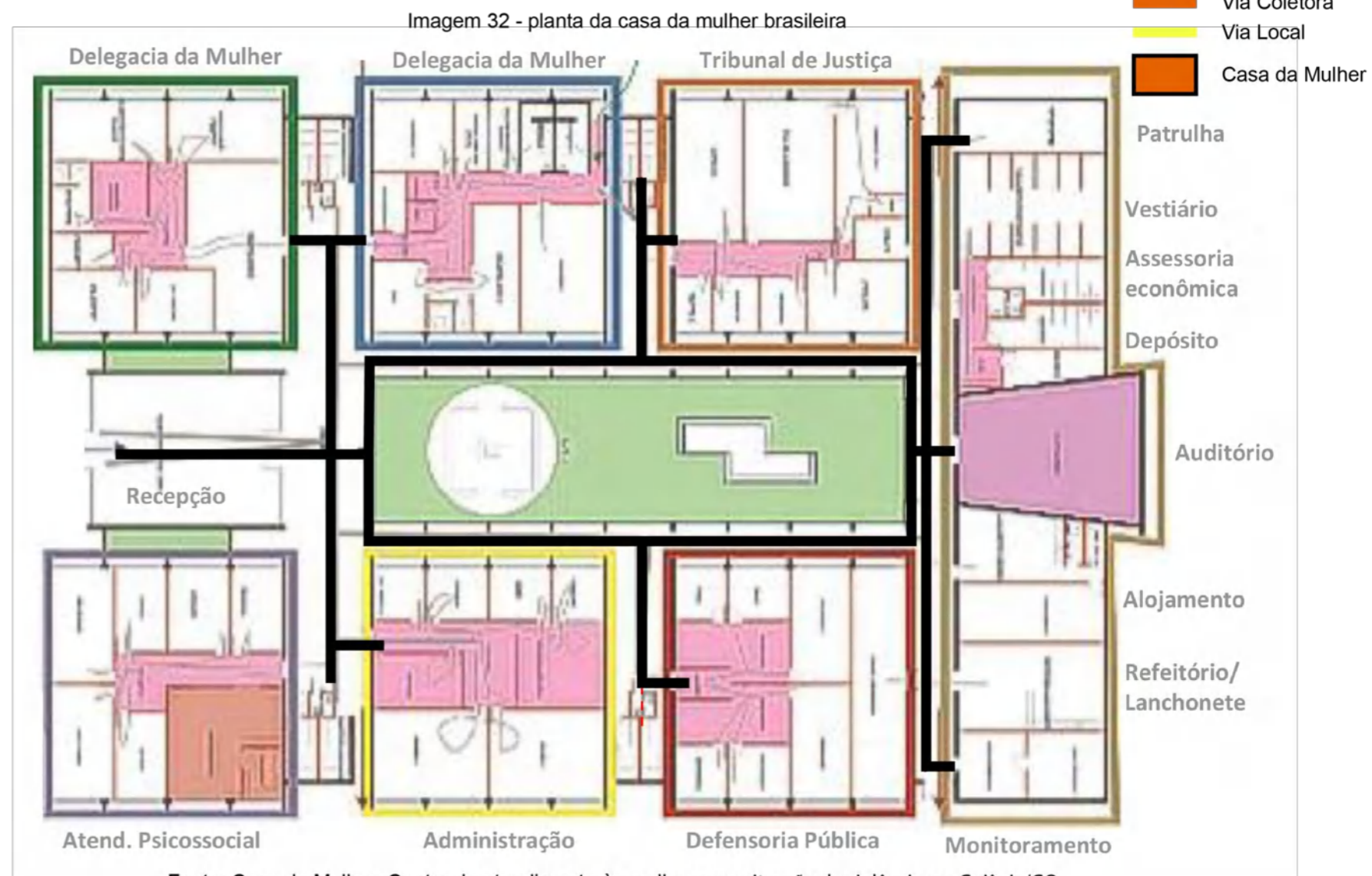


Imagem 31 - Implantação da Casa da Mulher Brasileira



Fonte: Google Earth. Adaptado pela autora.



Fonte: Casa da Mulher: Centro de atendimento às mulheres em situação de violência em Goiânia/GO

Arquitetos: Tryptique

Localização: 9 de Julho, 5520 - Jardim Paulista, São Paulo - SP, 01406-200, Brasil

Equipe de Projeto: Ana Castro, Bárbara Campelo, Daniel Boer, Gabriela dalSecco, Natasha Taylor, Wesley Karpur, William Campos

Área: 12853.0 m<sup>2</sup>

Ano do projeto: 2019

Materialidade: madeira CLT, vidro, aço

Localizado no Jardim Paulista, área nobre de São Paulo, a implantação dos edifícios em meio à vegetação e a proximidade das fachadas dispensa o uso de brises e marquises. O maior edifício possui as fachadas mais extensas voltadas para Norte e Sul.

São Paulo é desde 1960 a capital mais rica e populosa do Brasil, que gera sozinha mais de 10% da riqueza do país (EXAME, 2019). É também o principal centro cultural do país.

O clima da cidade de São Paulo é tropical e apresenta grandes variações, apesar de que em geral as temperaturas são altas durante todo o ano. Em geral, a temperatura e a pluviosidade caem durante o mês de Julho, em média 15.4 °C, com uma pluviosidade de 49mm. É a temperatura média mais baixa do ano. Por sua vez, a mais alta temperatura é em Janeiro, com uma média de 21°C, e pluviosidade média de 218mm.

O projeto consiste em uma restauração e requalificação do complexo de edifícios da escola de educação básica, que foram desativados e ficaram abandonados por mais de 20 anos. Foi feita também uma requalificação da área externa. Cria-se coberturas treliçadas de CLT (imagem 33) que conectam os edifícios e quadras esportivas, interagindo com a vegetação de grande porte existente (imagem 34). Foi feita também uma readequação de usos - a antiga capela passa a ser utilizada como auditório.

Segundo Carolina Bueno, uma das sócias do Tryptique, o uso do material tem dupla justificativa: alinha-se a um dos pilares pedagógicos da Concept - de conscientização em relação à sustentabilidade ambiental - e sinaliza a distinção entre o novo e o existente. (ARCOWEB, 2019).

**Acessibilidade**

Em geral, a área externa é pensada de forma acessível; porém, o edifício pré-existente não possui adaptações de acessibilidade, como escadas e elevadores.

Imagem 33 - passarelas treliçadas de CLT



Fonte: archdaily

Imagem 34 - vegetação de grande porte



Fonte: archdaily

Imagem 35 - interação com a natureza



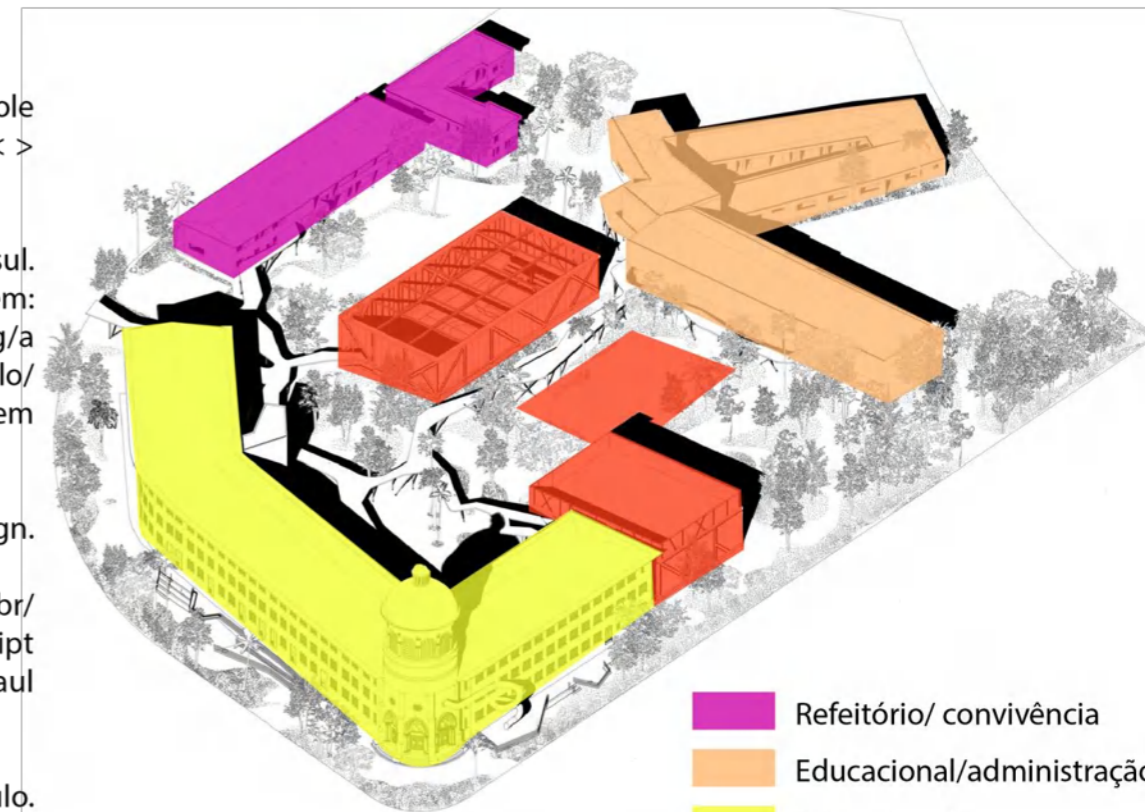
Fonte: archdaily

Referências:  
Exame, a metrópole improvável. Disponível em: < > acesso em 29/09/2019

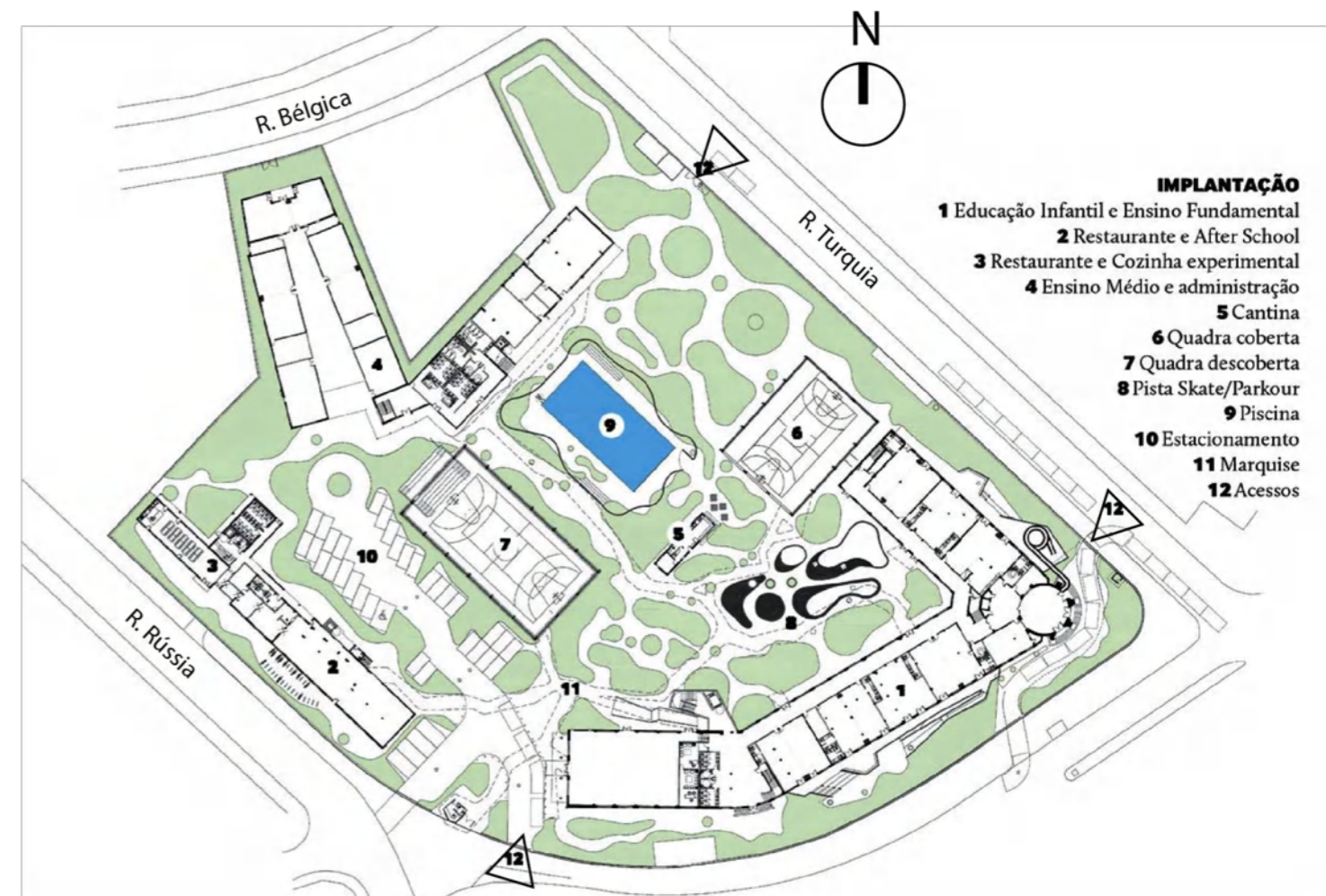
Climate, américa do sul. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/sao-paulo/sao-paulo-655/> acesso em 29/09/2019

Arcoweb, projeto design. Disponível em: <https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/triptique-escola-concept-sao-paulo> acesso em 29/09/2019

Infoescola, clima de São Paulo. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/clima-de-sao-paulo/> acesso em 29/09/2019



- Refeitório/ convivência
- Educacional/administração
- Educacional
- Práticas esportivas



## Apropriação dos estudos de caso

### Centro de Reabilitação Infantil



- Composição formal;
- Distribuição interna dos espaços
- Relação com a topografia

### Casa da Mulher Brasileira



- Conteúdo programático;
- Espaços de convivência.

### Escola Concept



- estrutura e materialidade
- relação com os elementos naturais.



Legenda de ventos predominantes



Quente e seco



Quente e úmido

Legenda de usos



Residencial



Religioso



Uso misto



Residencial em pavimentos



Educacional



Serviço



Comercial



Galpões de estoque



## Conceito e Partido Arquitetônico

Fonte da imagem: Mag Magrela. Adaptado pela autora

Diante do referencial teórico sobre o tema da violência contra a mulher, como conceito para a proposta projetual trazem-se principalmente as ideias de resgate da mulher em si própria, e do resgate da mulher na cidade. A Casa de Amparo à Mulher abrigará as mulheres em um momento de transição importante de sua vida; em um período conturbado, marcado pela transição da condição de violência física e psicológica para a perspectiva de libertação e emancipação, evitando reincidências de agressão.

A proposta para a Casa de Amparo à Mulher reforça a necessidade de trabalhar as questões da violência de gênero, por meio da educação, tanto para emancipação da mulher quanto para mudanças de padrões de comportamentos sociais. Por esse motivo são relevantes os espaços que convergem para os equipamentos educacionais do entorno (Escola Estadual José Ludovico de Almeida e faculdade Raízes).

Entende-se que o resgate da mulher na cidade se dará pela proximidade da área de intervenção ao terminal urbano, por considerá-lo um equipamento importante, com a qual a mulher já possui contato durante seu dia-a-dia e para o qual convergem fluxos das diferentes áreas da cidade de Anápolis.

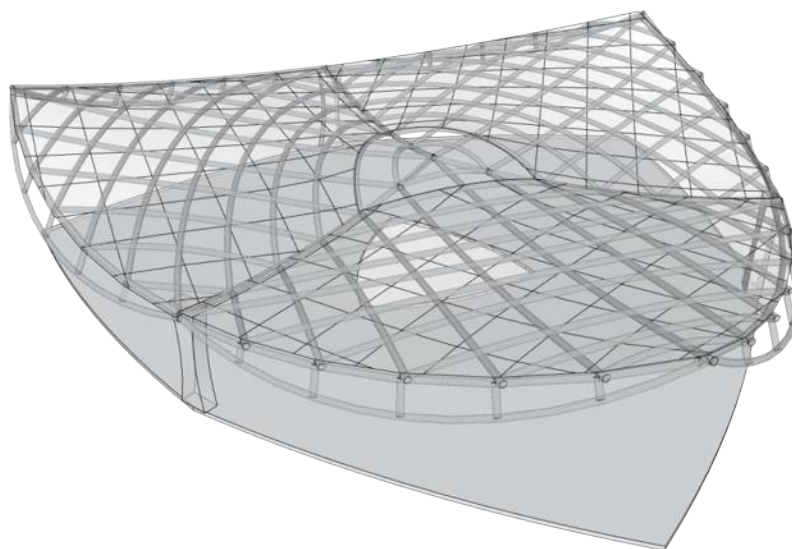
A característica da área escolhida favorece o contato com a natureza, como um respiro diante da situação de agressão. Elementos da natureza serão trazidos para o projeto buscando oferecer condições favoráveis à reflexão, necessária durante esse momento de transição pessoal. Tal proximidade a uma área de proteção ambiental reforça ainda a ideia de resgate e de ressignificação da mulher na cidade, onde a mulher tem sua importância, da mesma forma que o meio ambiente. Essa relação com a natureza resgata a associação do feminino com a figura da flor. Como o órgão reprodutor de uma planta é protegido por pétalas e cálice, a mulher, como a provedora da espécie humana, será protegida por um edifício cuja volumetria deve estar de acordo com esta proposta. Busca-

se, então, abrigar a protagonista da proposta projetual num terreno que, será um espaço de acolhimento e resgate. Há também a necessidade de trazer novamente a vegetação para o local em abundância.

### 11.1 Tecnologia construtiva

Com um sistema estrutural de forma ativa, a cobertura leve com estrutura mista de concreto (pilares) e aço (treliça espacial) abriga os módulos necessários com o programa: Abrigo, Apoio Psicossocial, Emancipação, Administração, Delegacia da Mulher e Apoio Jurídico, variando em tamanho em função do programa a ser abrigado. O pátio central também apresenta variações de acordo com a disposição dos ambientes internos e a necessidade do programa. A estrutura deverá ser coberta por uma malha tensionada opaca branca.

Imagem 37 – demonstração simplificada do módulo utilizado no projeto



Fonte: autora

Com a leveza de uma flor de três pétalas, busca-se criar um refúgio sob a cobertura com um pátio central onde podem ser realizadas atividades ao ar livre de forma segura. As pontas mais altas são voltadas para a direção dos ventos predominantes e permitem um melhor aproveitamento da ventilação natural.

## 11.2 O projeto

No terreno, busca-se usar a vegetação de médio porte para não gerar barreiras visuais significativas. Os acessos são marcados por jerivás, quebrando a horizontalidade da composição. O estacionamento é distribuído de três em três vagas com canteiro. O intuito é possibilitar o estacionamento na rua. Foi criado um ponto de ônibus na rua Firmo Velasco, para abrigar a proposta de linha de ônibus. As calçadas foram ajustadas para ter no mínimo 3 metros de largura para criar uma área de manobra confortável para estacionamento e caminhada. Os recuos dos edifícios foram ajustados de acordo.

A proposta de paisagismo é criar arborização em abundância para restaurar a vegetação na área. Utilizando uma escala de vegetação de arbustiva para médio porte, cria-se privacidade para ambientes abertos para fora e segurança ao bloco. Foram propostos reservatórios de inox superiores que ficarão aparentes, de forma a dialogar com a estrutura treliçada de aço. Jerivás foram utilizados para marcar os acessos dos edifícios.

O estacionamento nos recuos foi criado de forma intercalada para possibilitar o estacionamento na rua. Vagas de portador de necessidades especiais também foram criadas de forma mais numerosa que o exigido pela legislação de Anápolis.

No interior dos edifícios foram criadas janelas altas pivotantes nas em duas paredes opostas na maioria dos ambientes, de forma a aproveitar melhor a iluminação natural nos ambientes e criar ventilações cruzadas.

# IMPLANTAÇÃO



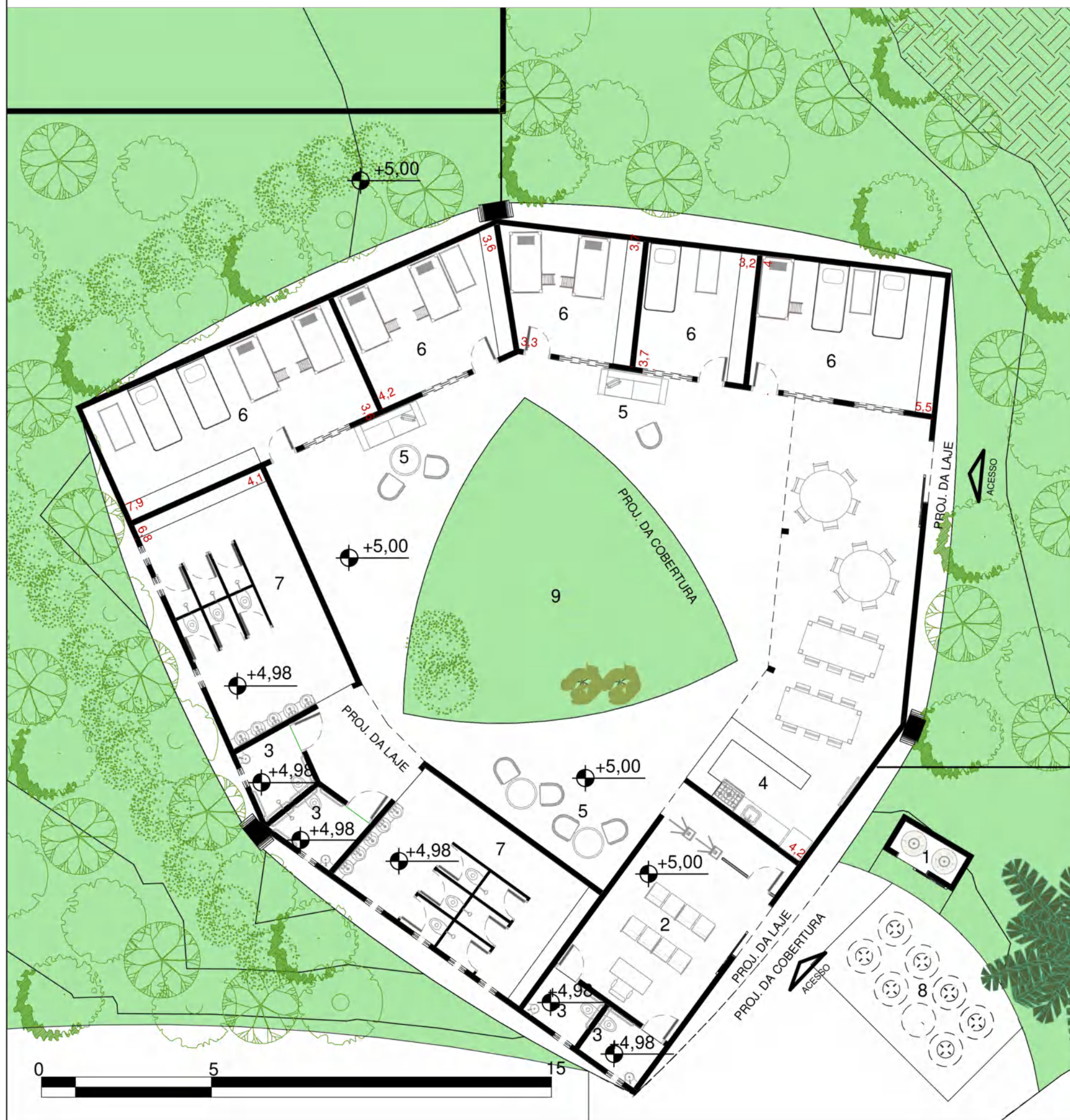
- 1. ALOJAMENTO TEMPORÁRIO
- 2. EMANCIPAÇÃO
- 3. APOIO PSICOSSOCIAL
- 4. ADMINISTRAÇÃO
- 5. DELEGACIA DA MULHER
- 6. APOIO JURÍDICO
- 7. PONTO DE ÔNIBUS
- 8. CARGA E DESCARGA

### LEGENDA DE PAISAGISMO

- ÁRVORES DE MÉDIO PORTE (ESPÉCIES DIFERENTES)
- ARBUSTIVAS (ESPÉCIES DIFERENTES)
- JERIVÁ



# PLANTA DO ALOJAMENTO



1. Central de gás
2. Recepção
3. Sanitários PNE
4. Cozinha
5. Estar
6. Dormitório
7. Sanitários com vestiário
8. Reservatórios inferiores (compartilhado com a emancipação)
9. Pátio central - Atividades ao ar livre

Numeração em vermelho - cotas internas

# PLANTA DA EMANCIPAÇÃO



1. Recepção
2. Sanitários PNE
3. Sanitário feminino
4. Sanitário masculino
5. DML
6. Auditório
7. Pátio central
8. Reservatórios inferiores  
(compartilhado com o alojamento)
9. Sala de oficinas
10. Sala de aulas
11. Laboratório de informática
12. Lanchonete
13. Bebedouros
14. Exposição de trabalhos

Numeração em vermelho - cotas internas

# PLANTA DO APOIO PSICOSSOCIAL



1. Recepção
2. Sala do assistente social
3. Sala do nutricionista
4. Biblioteca/espço para crianças
5. Sala do psicólogo
6. Sala de atendimento em grupo
7. Sanitário feminino
8. Sanitário masculino
9. Sanitário PNE
10. Espaço ecumênico
11. Reservatórios inferiores
12. Bebedouros
13. Acesso para mulheres e funcionários
14. DML

Numeração em vermelho - cotas internas

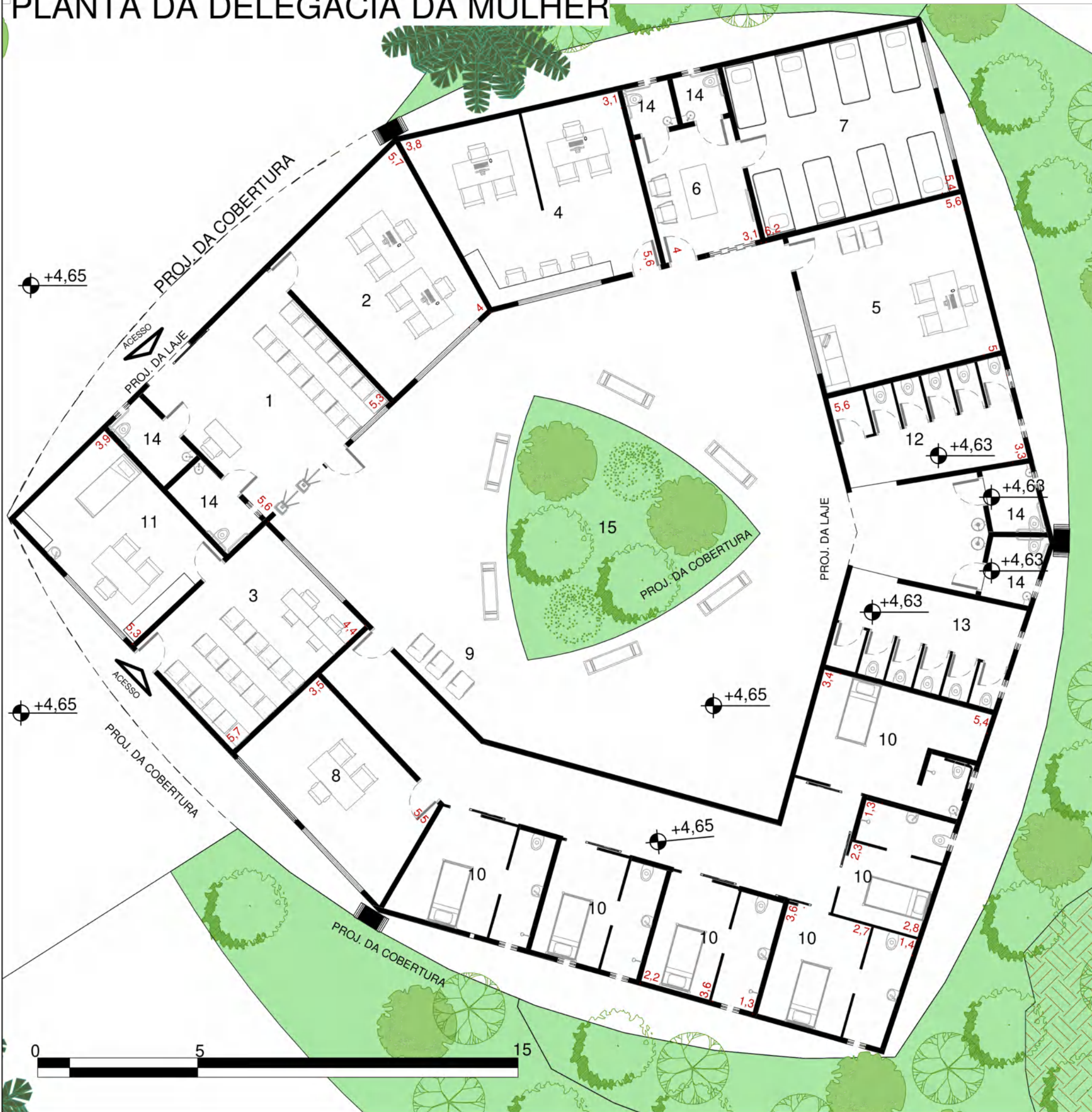
# PLANTA DA ADMINISTRAÇÃO



1. Recepção
2. Sanitário PNE
3. Sanitário feminino
4. Sanitário masculino
5. DML
6. Almojarifado
7. Monitoramento
8. Sala de gestão
9. Sala do apoio técnico
10. Sala de reuniões
11. Sala da coordenação
12. Copa
13. Pátio central
14. Sala de recreação dos funcionários
15. Reservatórios inferiores
16. Bebedouros

Numeração em vermelho - cotas internas

# PLANTA DA DELEGACIA DA MULHER



1. Recepção geral
2. Atendimento individual/  
registro de ocorrências
3. Sala de espera da  
vítima
4. Sala dos advogados
5. Sala do delegado
6. Sala de repouso dos  
funcionários
7. Sala de repouso  
(plantão)
8. Sala de interrogatório
9. Espera
10. Detenções provisórias
11. Posto de enfermagem
12. Sanitário feminino
13. Sanitário masculino
14. Sanitário PNE
15. Pátio central

Numeração em  
vermelho - cotas internas

# PLANTA DO APOIO JURÍDICO

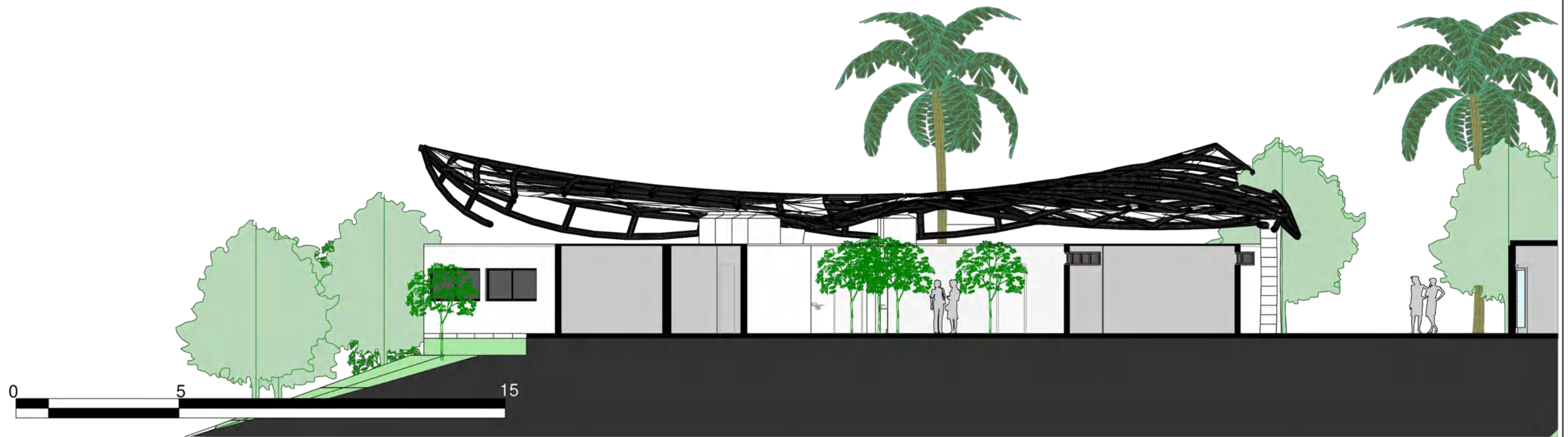


1. Recepção (agressor e visita)
2. Recepção (vítima)
3. Sala do assistente social
4. Sala dos advogados
5. Sala do defensor/procurador
6. Gabinete do juiz
7. Copa
8. Sala de audiência
9. Sanitário feminino
10. Sanitário masculino
11. Sala de descanso dos funcionários
12. Sanitário PNE
13. Sala de audiência
14. Pátio central
15. Bebedouros
16. Almoxarifado
17. Reservatórios inferiores

# CORTE AA'



# CORTE BB'



# VISTAS 3D DO ALOJAMENTO





## VISTAS DA EMANCIPAÇÃO



## VISTA DA DELEGACIA







## Considerações Finais

Fonte da imagem: Mag Magrela. Adaptado pela autora.

A sociedade goiana é pouco instruída e por isso, repete maneirismos da sua tradição que deveriam ter sido mudados ao longo do tempo através da educação, um dos maiores alicerces da sociedade. Trazendo um edifício voltado para políticas da mulher próximo a edifícios educacionais, busca-se criar empatia e sensibilização para uma situação de violência, o resgate desse personagem para que a sociedade em formação possa compreendê-la melhor.

Algumas figuras femininas surgem no século XXI como resposta a esse machismo. A busca por uma formação superior, o direito de voto e o antinatalismo entre as mulheres buscam romper paradigmas e trazer liberdade. Podemos concluir que lentamente caminhamos para uma sociedade igualitária.

A mulher é provedora e sustentadora da sociedade, muitas vezes sem que receba o seu devido valor. O objetivo do projeto arquitetônico a ser desenvolvido é prestar ajuda à mulher, trazendo à cidade um símbolo da sua importância e fazendo associações com elementos do entorno, de forma a trazer dignidade para a mulher vítima de violência e a cura através da troca de experiências e do momento introspectivo de reflexão.

## REFERÊNCIAS

MARTINS, Nereida Soares. A maldição das filhas de Eva: uma história de culpa e repressão ao feminino na cultura judaico-cristã. ANPUHPB. XIII Anais, 2008.

Feminismo em Goiânia: um movimento de muitas faces. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/feminismo-em-goiania-um-movimento-de-muitas-faces-180945/>> acesso em 16/08/2020.

IBGE, Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica, 2018, 38.

ABREU, Mayra Regina Saraiva de. A condição feminina em Goiás. Revista Humanidades, 2003.

ROSA, Antonio Gomes. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. Saúde e Sociedade.

SILVA, Carla da. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. Revista Direito em Foco, São Paulo, v. 5, p. 2-9, 2009.

MURARO, Rose Marie. A Mulher no Terceiro Milênio. 2.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992

Casa da mulher brasileira. Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/casa-da-mulher-brasileira-cmb/>> acesso em 11/08/2019.

BADINTER, E. O mito do amor materno. São Paulo, 1984.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Flacso Brasil, 2015.

DA FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa. A construção da identidade de mulheres e homens como processo histórico-social. 2001.

Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>> acesso em 21/08/2019.

Diário da manhã, as 13 cidades mais violentas de goiás. Disponível em: <<https://www.dm.com.br/cidades/2019/08/as-13-cidades-mais-violentas-de-goias/>> acesso em 26/06/2019

MACKINNON, Catharine A. Feminism, Marxism, method, and the state: Toward feminist jurisprudence. Signs: Journal of women in culture and society, v. 8, n. 4, p. 517

ALMEIDA, Marina Mello de Lima; SOUSA, Renata de Oliveira Marinho; COUTINHO, Rúbian Corrêa e Lei Maria da Penha – Violência doméstica: uma superação coletiva. - Goiânia : Ministério Público, 2011.

MINAYO, M. C. S.; DESLADES, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 35-42, 1998

MACHADO, L. Z. Matar e morrer no feminino e no masculino. In: OLIVEIRA, D.; GERALDES, E. C.; LIMA, R. B. Primavera já partiu: retratos de homicídios femininos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 96- 121.

DANTAS-BERGER, Sônia Maria; GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, p. 417-425, 2005

BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. *A mulher, a história e Goiás*. 2 ed. Goiânia: 1982.

MORRISON, A. R.; BIEHL, M. L. A família ameaçada: violência doméstica nas Américas. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SCHRAIBER, Lília Blima; GOMES, Romeu; COUTO, Márcia Thereza. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 7-17, 2005.

Mais Goiás, Em Goiás casos de feminicídio crescem 22%. Disponível em: <<https://www.emaisgoias.com.br/em-goias-casos-de-feminicidio-crescem-22-em-2018/>> acesso em 30/08/2019.

Lelé inspira projeto de casas de acolhimento para mulheres. Disponível em: <<https://www.arcoweb.com.br/noticias/arquitetura/casas-acolhimento-mulheres-vitimas-violencia>> acesso em 14-08-2019.

NOLASCO S. A desconstrução do masculino. Rio de Janeiro: Rocco; 1995

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*: Porto Alegre, 1990

Censo IBGE 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> acesso em 23/09/2019.

PREFEITURA DE ANÁPOLIS. Lei complementar nº 001 de 15 de fevereiro de 2016 Plano Diretor -2016. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor de Desenvolvimento I do Município de Anápolis, e dá outras providências.

Delegacia da Mulher de Anápolis. Estatística simplificada do ano de 2019.

Anápolis, História da cidade. Disponível em: <<http://www.anapolis.go.gov.br/portal/anapolis/historia-da-cidade>> acesso em 23/09/2019.

Atlas da violência: Retratos dos municípios brasileiros. IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/21/atlas-da-violencia-dos-municipios-brasileiros-2019>> acesso em 19/10/2019

IMB, Mapas das Microrregiões do Estado de Goiás. Disponível em:  
<[http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=95&catid=32&Itemid=179](http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=95&catid=32&Itemid=179)> acesso em 25/09/2019.

BENTO, Caroline Andrade. Casa da Mulher: Centro de atendimento às mulheres em situação de violência em Goiânia/GO. Anápolis: UEG, 2019.

GONÇALVES, Pedro Henrique; SILVA, Monice Cristina; ITO, Ana Paula Ishimoto. Análise dos dados climatológicos de vento do município de Anápolis-go para soluções projetuais. Anápolis, 2018

MANCHÓN, L. Felipe; SANTAMERA, Juan A. Recomendaciones para el proyecto y diseño del viario urbano. Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente, Dirección General para la Vivienda, el Urbanismo y la Arquitectura, 1995.

## ANEXO A - Certidão de Uso do Solo fornecida pela prefeitura



Prefeitura de  
Anápolis

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO  
DIRETORIA DE GESTÃO DO PLANO DIRETOR

**CERTIDÃO MODELO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO			
LOGRADOURO	RUA CRUZEIRO DO SUL	Nº	-
QUADRA	09 A	LOTE	-
BAIRRO	VILA SANTA MARIA	COMPLEMENTO	-
SITUAÇÃO DO IMÓVEL	LOTE VAGO		

I. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (Conforme LC nº 349/2016)			
<b>MACROZONA</b>	Ribeirão João Leite	<b>ZONEAMENTO</b>	Zona Urbana Mista 01
<b>ÁREA ESPECIAL</b>	AHUC-1 – APA JOÃO LEITE		
<b>ÍNDICE DE APROVEITAMENTO</b>	1,0 vez a área do terreno, Outorga Onerosa Máxima conforme Hierarquia Viária		
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO</b>	70% (A ocupação para o subsolo poderá atingir 100% (cem por cento) do terreno, desde que executado poços de recarga, devendo ser dotado de mecanismos de ventilação e iluminação. As construções em subsolo, poços de recarga/detenção e qualquer equipamento técnico, com exceção da fundação e fosso de elevador, deverão manter uma distância mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) do lençol freático.)		
<b>TAXA DE PERMEABILIDADE</b>	20% + Poço de recarga ou detenção (Poço de recarga ou detenção obrigatório para edificações com área superior a 80,00m²)		

- Normas Gerais do Plano de Manejo da APA do João Leite – Área Ambiental Homogênea de Uso Urbano Controlado 1 (AHUC-1):

1. Deve ser assegurado no mínimo o já estabelecido em lei para a preservação e conservação das áreas de Nascentes (raio de 50 metros) e APP (30 metros de cada lado);
2. Os materiais para a construção ou a reforma de quaisquer infra-estruturas no loteamento não poderão ser retirados dos recursos naturais destinados a preservação nesta área;
3. Os esgotos deverão receber tratamento suficiente para não contaminarem rios, córregos, nascentes ou reservatórios e priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto;
4. Atividades de educação ambiental deverão ser intensificadas nesta Zona.

II. HIERARQUIA VIÁRIA (Conforme Anexo IV - Tabela de Usos da Hierarquia Viária da LC nº 349/2016)	
<b>CATEGORIA DA VIA</b>	Via Local - L2
<b>NÍVEL DE INCOMODIDADE MÁXIMO ADMITIDO</b>	02
<b>OUTORGA ONEROSA MÁXIMA ADMITIDA PARA A VIA</b>	Até 06 (seis) Vezes a Área do Terreno
<b>DIMENSÃO DA CALÇADA</b>	2,50m medindo a partir do meio-fio

III. É PERMITIDO O USO ESPECÍFICO DO EMPREENDIMENTO (Conforme LC nº 349/2016)						
-	CNAE	ATIVIDADE ESPECÍFICA	NI	PORTE	LICENÇA AMBIENTAL	LICENÇA VIG. SANITÁRIA
1.	8411-6/00	Administração pública em geral	2	-	*	ISENTO

- Empreendimentos considerados Geradores de Impacto deverão obedecer ao disposto na Seção VI, Subseção I e II, artigos 98 a 125.

\* Conforme Art. 158 da Lei Complementar Nº 349, de 07 de Julho de 2016, a Licença Ambiental será exigida para os usos residenciais, usos não residenciais e usos mistos que se enquadrem em pelo menos um dos itens abaixo:

- gabarito de 04 (quatro) ou mais pavimentos, contabilizando o pavimento térreo;
- acima de 15 (quinze) unidades habitacionais;
- 750,00 m² ou mais de área total construída.

IV. AFASTAMENTOS MÍNIMOS PARA A ATIVIDADE ESPECÍFICA (Conforme Artigos 55 a 91 da LC nº 349/2016)		
FRONTAL	LATERAL/FUNDOS	ALTURA MÁXIMA
5,00m	1,50m	10,00 m

V. RESERVA TÉCNICA DE ESTACIONAMENTO (Ver Artigos 92 a 97 da LC nº 349/2016)						
ATIVIDADE	Até 45m²	46² a 180m²	181m² a 540m²	541m² a 5.000m²	Acima de 5.001m²	OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS
- Órgãos Públicos, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. - Cartórios, Tabelionatos. - Empreendimentos Públicos de Segurança (Postos Policiais, Delegacias, Presídios, Corpo de Bombeiros, Batalhão da Polícia Militar, Presídios ou Casas de Detenção, etc). - Central de Correios	Isento	1 vaga para cada 60m²	1 vaga para cada 45m²	1 vaga para cada 45m²	1 vaga para cada 45m²	-

Para as edificações, não residenciais, que aglomerem atividades distintas deverá ser adotada a reserva técnica de estacionamento que exigir mais vagas.

**CÁLCULO:** O cálculo da reserva técnica de vagas de estacionamentos obedecerá à seguinte fórmula:  $VE = AC / CV$  ( $VE$  = Vagas de Estacionamento;  $AC$  = Área Computável é o produto da Área Construída;  $CV$  = Coeficiente de Vagas disposto na Tabela de Reserva Técnica de Vagas de Estacionamento (Anexo VI).

O resultado do cálculo para definir a reserva técnica deverá obedecer aos critérios aritméticos de arredondamento para o próximo número inteiro superior.

**Exclui-se do cálculo da reserva técnica de estacionamento as seguintes áreas:**

- I. as destinadas a depósitos ou estocagem de mercadorias, desde que não exceda a 20% (vinte por cento) da área total do empreendimento e que sejam áreas delimitadas pelo mesmo material utilizado no fechamento do restante da edificação;
- II. sanitários e vestiários de uso público;
- III. instalações e equipamentos necessários à edificação: casa de máquina, central de ar condicionado, caixa d'água e escada;
- IV. equipamentos necessários à atividade: copa, cozinha e lavanderia;
- V. a área destinada à guarda e circulação de veículos.



**OBSERVAÇÕES GERAIS**

1. Para validade desta Certidão deverão ser atendidas as disposições previstas nas seguintes normativas: LC Nº120/2006 (Código de Edificações), LC nº 348/2016 (Perímetro Urbano); LC Nº 349/2016 e seus Anexos (Plano Diretor); Lei 12596, de 14/03/1995 (Código do Florestal Estadual); Lei Municipal 2.666, de 16/12/1999 (Código Municipal do Meio Ambiente); Resolução CONAMA 303/2002; Códigos de Posturas e Meio Ambiente;
2. Para edificação com área superior a 750,00m<sup>2</sup>, ou com área superior a 200m<sup>2</sup> considerada como local de reunião de público pela Lei 15.802/2016, ou destinada ao comércio, armazenamento ou manipulação de combustíveis, fogos de artifício, inflamáveis em geral, gás GLP, independente da área a construir, deverá ser apresentada a seguinte documentação: para alvará de construção, ampliação ou reforma, e regularização - cópia do projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros; para carta de habite-se/ ocupação - CERCON (Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros). Habitações unifamiliares são isentas da apresentação da documentação acima descrita;
3. Caso o empreendimento esteja localizado próximo de cursos d'água (rios, córregos, lagos, entre outros), este deverá respeitar a faixa da APP (Área de Preservação Permanente) do mesmo, conforme consta na Seção I - DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, Artigos 147 a 152, da LC 349/2016, bem como o restante do Capítulo III - DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL, também da LC 349/2016;
4. Conforme Parágrafo Único do Artigo 4 da LC 120/2006 - Código de Edificações, caso o empreendimento se localize em condomínio urbanístico com legislação própria - regimento registrado em cartório - o projeto deverá ser elaborado em consonância com tal regimento e aprovado pela administração do condomínio;
5. Conforme §3º, do Artigo 61: Aos imóveis construídos anteriores à promulgação dessa Lei Complementar, que sofrerem alteração de uso, caracterizado pela ocupação de imóvel originalmente residencial, alterado para fins não residenciais, será permitida a permanência dos parâmetros urbanísticos de vigência à época da construção, comprovado através da imagem de satélite georreferenciada de 2014 da Prefeitura Municipal de Anápolis;
6. O conteúdo desta Certidão de Uso de Solo é genérico e cabe ao interessado a verificação e cumprimento das exigências específicas previstas na legislação e normas municipais, estaduais e federais;
7. **ESTA É UMA CERTIDÃO MODELO VÁLIDA APENAS COMO CONSULTA PARA FINS ACADÊMICOS;**

Esta Certidão informa sobre o tipo de edificação ou atividade permissível ou tolerável no imóvel informado pelo requerente. A expedição desta Certidão não implica no reconhecimento, pela Prefeitura, da propriedade do imóvel e não garante ou autoriza, em nenhuma hipótese, execução de qualquer tipo de obra ou o exercício de qualquer atividade institucional, prestacional, comercial ou industrial. Para tanto, a regularidade será condicionada à prévia outorga municipal, por meio de atos específicos como Inscrição Municipal, Alvará de Construção, Habite-se, Alvará de Localização e Funcionamento, dentre outros, regulados por procedimentos legais e normativos específicos das esferas de governo municipal, estadual e Federal, que deverão ser verificados e cumpridos pelos interessados.

Anápolis, 20 de Setembro de 2019.

